

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

PRÓ-REITORIA ACADÊMICA

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
PRÁTICAS PSICOLÓGICAS CLÍNICAS E DEMANDAS SOCIAIS
CONTEMPORÂNEAS**

LAURA VALENÇA ARRUDA

**Atravessamentos dos discursos sobre sexualidade e gênero nos
enunciados dos alunos estagiários de psicologia.**

RECIFE, PE

2020

LAURA VALENÇA ARRUDA

**Atravessamentos dos discursos sobre sexualidade e gênero nos
enunciados dos alunos estagiários de psicologia.**

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, na linha de pesquisa:
Práticas Psicológicas Clínicas e Demandas Contemporâneas

Orientadora: Professora Dra. Maria Cristina Lopes de Almeida
Amazonas.

Recife, PE

2020

A779a

Arruda, Laura Valença

Atravessamentos dos discursos sobre sexualidade e gênero nos enunciados dos alunos estagiários de psicologia / Laura Valença Arruda, 2020.

94 f. : il.

Orientadora: Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica. Mestrado em Psicologia Clínica, 2020.

1. Sexo. 2. Identidade de gênero. 3. Psicologia
4. Estudantes de psicologia. I. Título.

CDU 159.922.1

Luciana Vidal - CRB-4/1338

LAURA VALENÇA ARRUDA

**Atravessamentos dos discursos sobre sexualidade e gênero nos
enunciados dos alunos estagiários de psicologia.**

Dissertação apresentada à Universidade Católica de Pernambuco, como requisito para a
obtenção do título de mestre em Psicologia Clínica.

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Carmem Lúcia Brito Tavares Barreto (UNICAP)

Professor Dr. Bruno Robson de Barros Carvalho (UNIRIOS)

Professora Dra. Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas (UNICAP)
(Orientadora)

Recife, abril de 2020

*“Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!”*

*Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor,
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu”*

Fernando Pessoa – Mar Português

À Verônica Maria Valença Arruda e Ricardo Braga Arruda, meus pais, que, sem eles, sequer eu seria.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a Deus, por ter conseguido chegar até aqui. Gratidão, Senhor, por segurar minha mão nessa jornada, por colocar anjos em meu caminho, que me ajudaram nos dias e desafios que pareciam impossíveis de serem superados. Obrigada, Bella, Tamar, Gabi, Clodoaldo, Luciana, Josi, Denise, Thaís, Rafa, Thalyta, Chris, Cacau e a tantas outras pessoas que cruzaram meu caminho e, com toda certeza, me ensinaram um novo jeito de ser e estar. Obrigada, Senhor, por minha vida!

Agradeço a minha família, que é minha fortaleza e me dá todo o suporte necessário. Em especial, gostaria de agradecer aos meus pais, Ricardo e Verônica, que sempre deram e dão o melhor por mim e meus irmãos. Sabemos que os sacrifícios foram e continuam sendo tantos, mas que a nossa educação sempre é prioridade. Obrigada, Raphael, Cristiana e Thiago, meus irmãos e cunhada, pela paciência, compreensão e companheirismo.

Agradeço de todo o coração a minha orientadora, a professora doutora Maria Cristina Amazonas, por toda compreensão e acolhimento durante esse período de orientação. Não sendo apenas atenciosa enquanto orientadora, mas sendo humana para com as minhas limitações. Agradeço a atenção, o cuidado, a sensibilidade, humanidade, a moral e a ética durante estes três longos anos. Obrigada por todas as orientações.

Agradeço ao professor doutor Ricardo Delgado Marques, por todo o carinho e incentivo desde a graduação até a minha trajetória do mestrado. Obrigada por, além de estar na minha vida como docente, estar presente como amigo.

Agradeço a todas as amigas, em especial, a Carla Naíra e a Amanda Albuquerque, amigas também psicólogas, que estão presentes desde o período de escola, ajudando-me a superar os desafios da vida e sempre caminhando ao meu lado. Gostaria de agradecer a Beatriz Gouveia Simões, minha irmã de outras vidas, por cuidar de mim. Obrigada, Elaine Lima, minha querida amiga que o mestrado me trouxe. Este caminho foi menos tortuoso, por ter você comigo, para trilharmos juntas este caminho que se chama mestrado. Agradeço também a Juliana Epifânio e Flávia Grazielle, por me ouvirem, por me ajudarem, por se importarem.

Agradeço a minha querida namorada, Juliana Alves de Farias, pela cumplicidade, paciência, compreensão, carinho e companheirismo. Agradeço a Deus por este (re)encontro. Sem seu incentivo, estes últimos meses seriam impossíveis. Obrigada, meu amor!

Resumo

O presente estudo tem como objetivo a compreensão dos atravessamentos dos discursos sobre sexualidade e gênero nos enunciados dos alunos estagiários de psicologia que estão realizando a prática profissional no estágio curricular, no período letivo entre 2018 e 2019, do curso de psicologia em instituições da cidade do Grande Recife. Essa pesquisa teve como questões norteadoras: será que haveria demandas relacionadas às questões de sexualidade e de gênero na clínica-escola direcionadas às/aos alunas/alunos estagiárias/os e quais seriam essas demandas? Quais seriam as possíveis ressonâncias sobre as/os estagiárias/os no acolhimento a essas demandas? Como as/os estagiárias/os avaliam o estágio curricular em psicologia clínica quanto às questões relacionadas à/ao sexualidade/gênero? Trata-se de uma pesquisa analítica discursiva foucaultiana, tendo as obras de Michel Foucault como base para traçar o caminho. Foram analisados depoimentos das/dos alunas/alunos sobre suas experiências no estágio curricular e os sentidos que elas/eles atribuíram às questões da sexualidade e do gênero. Participaram desta pesquisa sete alunas/alunos que estavam no estágio curricular obrigatório de três instituições de ensino diferentes. Durante as entrevistas com as/os participantes, foi possível perceber que, no decorrer da formação destes, a discussão sobre sexualidade e identidade de gênero não era assunto prioritário nas grades curriculares, dependendo até mesmo da vontade de as/os professoras/professores passarem o conteúdo relacionado à sexualidade e gênero; e também do interesse das/dos próprias/próprios alunas/alunos. Notou-se que as discussões não se apresentavam sobre sentido *lato* da sexualidade, sobre afetividade, identidade de gênero, que buscam compreender o ser humano de maneira global e as suas diversas maneiras de agir, pensar e se comportar em relação à sua sexualidade. Também foi analisada a visão que esses mesmos estudantes têm em relação às suas instituições de ensino, se estas contribuem para um discurso inclusivo da sexualidade e da identidade de gênero e para a subversão das falas normativas. Concluindo que, apesar de a instituição ter a responsabilidade social para com a diversidade humana, possuindo o dever de abordar os temas que são pertinentes para a práxis do psicólogo, as instituições acadêmicas não são as únicas que atravessam os enunciados dos alunos do estágio de psicologia, não sendo as únicas que constituem a compreensão dos alunos acerca do tema, mas sim dividem espaço com outras instituições sociais, como a família, religião, economia. As instituições acadêmicas também demonstraram ser um ambiente de acontecimentos, em que rupturas de conceitos e preconceitos se tornam propícias.

Palavras-chave: Sexo; Identidade de gênero; Psicologia; Estudante de psicologia

Abstract

This study aims to understand the discourse on the movements of discourses on sexuality and gender in psychology students who are carrying out a professional practice in the curricular internship, without an academic period between 2018 and 2019, in the psychology course at institutions in the city of Rio de Janeiro. Greater Recife. These statements had the following guiding objectives: will there be a demand related to issues of sexuality and gender in the school clinic of the students / trainee students / interns and what are those demands that demand? What are the possible resonances on the interns who are not accepted in these demands? Would there be? How do the interns evaluate the internship in clinical psychology regarding sexuality / gender issues? Statements from the students about their experiences in the curricular internship and the meanings that they attributed to the issues of sexuality and gender were analyzed. Seven students who were in the compulsory curricular internship of three different educational institutions participated in this research. During the interviews with the participants, it was possible to notice that, during their formation, the discussion about sexual diversity and gender identity were not a priority subject in the curriculum, depending even on the willingness of the teachers to pass the course. content related to sexuality and gender; and also in the interest of the students themselves. It was noted that the discussions were not about broad sense of sexual diversity, affectivity, gender identity, which seek to understand the human being globally and their various ways of acting, thinking and behaving in relation to their sexuality. It was also analyzed the view that these same students have in relation to their educational institutions, if they contribute to an inclusive discourse of sexuality and gender identity and to the subversion of normative speech. This is a qualitative research, using the method of analysis using Foucault's theory as the basis for tracing the path.

Keywords: Sex; Gender identity; Psychology; Psychology student

Lista de Abreviaturas e Siglas

LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexual e Plus
SUS	Sistema Único de Saúde
DCM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
CFP	Conselho Federal de Psicologia
PSI	Psicologia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Sumário

1. Apresentação	13
2. Introdução	17
3. Fundamentação Teórica.....	20
3.1 O contexto psicológico à luz do pensamento Foucaultiano	20
3.2 Dispositivo da sexualidade	31
3.3 A identidade de gênero	33
3.4 Compreensão da comunidade LGBTQI+ para a prática dos psicólogos	38
3.5 A sexualidade, identidade de gênero e psicologia no Brasil.....	41
3.6 A prática no estágio curricular do aluno de psicologia.....	44
4. Método.....	46
4.1 Contexto da pesquisa	47
4.2 Instrumentos de construção dos enunciados	48
4.3 Participantes.....	49
4.4 Procedimentos de produção dos enunciados	50
4.5 Procedimentos de análise dos enunciados	51
5. Análise e Discussão dos Enunciados.....	53
5.1 Dispositivo da sexualidade e as suas ressonâncias sobre os enunciados das/dos alunas/alunos.....	53
5.2 Os enunciados das/os alunas/os estagiárias/os sobre gênero	65
5.3 O discurso das/os alunas/os estagiárias/os sobre o lugar que as instituições ocupam na atenção dada às questões referentes à sexualidade e ao gênero.....	69
6. Considerações Finais	76
Referências	78

1. Apresentação

Início a presente dissertação compartilhando um pouco das inquietações que me motivaram a ingressar no Programa de Pós-Graduação e realizar uma pesquisa no campo das questões da sexualidade, identidade de gênero e a formação do psicólogo.

Durante o meu período de graduação em Psicologia (2012-2016), realizada na mesma instituição de que hoje faço parte como integrante do corpo discente do Mestrado em Psicologia, na Universidade Católica de Pernambuco, notei que muitas questões acerca de temas da atualidade eram levantadas e discutidas, porém observava a inexistência de debates sobre o tema das práticas sexuais contemporâneas e das recém-visibilizadas identidades de gênero.

Conforme avançava nos períodos da graduação, notava que poucos eram os/as professores/as que abordavam diretamente esses temas.

Como mulher lésbica, um dos momentos mais incômodos que experienciei durante a graduação e que aumentou, de sobremaneira, meus questionamentos sobre o modo como estava sendo construída a minha formação, foi quando um dos meus professores sugeriu que havia ajudado um dos seus pacientes a compreender que ele era homossexual por motivos traumáticos e afirmou que muitos casos de homossexualidade se deviam a traumas sofridos pela pessoa homossexual e/ou de uma compreensão distorcida da própria sexualidade. Apesar de reconhecer que não há unanimidade entre as teorias que abordam o sexo, a sexualidade e o gênero, causou-me estranhamento que, em pleno século XXI, ainda haja profissionais da psicologia que tratem a homossexualidade como algo a ser visto clinicamente como um distúrbio, uma patologia a ser curada.

Passado esse momento, a cada novo período da graduação, questionava-me mais sobre a formação dos psicólogos, bem como acompanhava os acontecimentos¹ na sociedade – o

¹ Foucault se serve do conceito de acontecimento para caracterizar a modalidade de análise histórica da arqueologia e também sua concepção geral da atividade filosófica. [...] Em primeiro momento, pode-se distinguir dois sentidos desse termo: o acontecimento como novidade ou diferença e o acontecimento como prática histórica. No primeiro sentido, Foucault fala de “acontecimento arqueológico”; no segundo, da regularidade histórica das práticas (objeto da descrição arqueológica). Existe claramente uma relação entre esses dois sentidos: as novidades instauram novas formas de regularidade. Assim, por exemplo, em *Les mots es les choses*, o “acontecimento” da passagem de uma episteme a outra instaura novos acontecimentos discursivos (Castro, 2016, p. 24).

cenário político em que Jair Bolsonaro era candidato a presidente do Brasil, momento em que muitos grupos militantes da minoria lutavam para que ele não fosse eleito, pois as falas do, agora então, atual presidente iam contra os avanços conquistados em prol do avanço da democracia e da diversidade e pluralidade social. Alunos, professores, servidores públicos ou de empresas privadas, aposentados, enfim, a sociedade brasileira se viu dividida entre as pessoas que eram a favor e contra os pensamentos e ideias conservadoras de Jair Bolsonaro. Era um momento de tensão, não apenas para a comunidade LGBTQIA+, mas para todos os brasileiros que se viram em meio a uma política hostil, refletida nos atos e atos de fala da sociedade. Ou seriam os atos da sociedade que estavam e continuam refletidos na política brasileira? – sobre as formas como eram tratadas a sexualidade e a identidade de gênero.

O fator preponderante que me levou ao mestrado (ou a esta pesquisa) foi quando, durante o estágio curricular obrigatório, encontrei uma colega de curso, que estava frequentando o estágio curricular em uma abordagem diferente da minha, e que me pediu para falar sobre o que eu entendia a respeito da homossexualidade. Surpresa com o pedido, começamos a conversar sobre o tema. Ela colocou suas dificuldades em realizar o atendimento a um cliente homossexual, pois não entendia questões sobre a homossexualidade.

Enquanto conversávamos, outras colegas foram chegando e se juntando à conversa. Logo vieram perguntas, como: o que diferencia o homossexual do transexual? E o transexual, do travesti? Desta conversa, pude supor que, quase nada ou muito pouco, esses meus colegas de curso e eu mesma, sabíamos a esse respeito. A partir daí, surgiram minhas principais indagações, que são o mote para a pesquisa que embasa esta dissertação.

Como os alunos de Psicologia estão sendo preparados para atender às demandas² de gênero e sexualidade que possivelmente aparecerão durante o exercer da profissão? Será que as instituições de formação estão dando a devida atenção para essas questões, contribuindo na compreensão dos seus alunos sobre este tema?

Motivada por essas perguntas, entrei no programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, linha de pesquisa Práticas Psicológicas Clínicas e Demandas Contemporâneas. Neste sentido, elaborei um projeto em que trabalhei, com o objetivo de compreender como os discursos acerca da sexualidade e identidades de gênero atravessam os enunciados de alunos de Psicologia que estão realizando a prática profissional no estágio curricular.

² A demanda será considerada nesta pesquisa como todo o conteúdo que chega como uma questão a ser compreendida e desenvolvida.

Por uma feliz coincidência, a professora doutora Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas estava desenvolvendo um projeto guarda-chuva intitulado “Formação em Psicologia e Diversidade Sexual e de Gênero”, nesta mesma linha de pesquisa. Deste modo, a minha pesquisa passou a fazer parte desse projeto guarda-chuva e esta professora tornou-se minha orientadora.

Outra razão que impulsionou esse projeto, inicialmente, apresentada como uma dificuldade, foi abraçar a perspectiva teórica adotada por minha orientadora. Durante a graduação, fui apresentada a diversos teóricos de diferentes abordagens. Apesar de termos acesso às diferentes linhas teóricas que embasam a psicologia, era consenso entre os alunos que a presença de uma linha específica predominava no curso – a psicanálise –, fosse por causa da própria formação dos professores que ministravam as aulas – dando o enfoque que era do seu domínio –, fosse pela curiosidade e interesse dos próprios alunos.

No penúltimo ano da graduação, fui apresentada formalmente a uma nova perspectiva teórica com mais profundidade, à fenomenologia existencial. As aulas de fenomenologia se tornaram as mais desafiadoras, pois rompiam com a noção de homem que eu havia apreendido até então.

O ano seguinte demonstrou um desafio tão grande quanto o anterior: tinha iniciado o estágio em psicologia clínica, com abordagem fenomenológica, tendo a filósofa Hannah Arendt como inspiração para a constituição de uma prática clínica.

Como se não bastassem os desafios teóricos da graduação, ao ingressar no mestrado, precisei me debruçar sobre os estudos de Michel Foucault, o principal teórico trabalhado pela minha orientadora na pós-graduação. Este momento foi um dos mais desafiadores, pois este teórico não foi contemplado durante os anos anteriores de graduação.

Para quem nunca estudou nada sobre as ideias de Foucault, começar a fazê-lo exige um esforço extra, nada desprezível, pois Foucault não é um pensador linear que possibilita o leitor acompanhar uma evolução gradativa das suas ideias, de forma estruturada. Muito pelo contrário.

Segundo Gutting (2016), cada um dos livros de Foucault é único nele mesmo, ou seja, independe do conteúdo de outra obra para o seu entendimento e não deve ser compreendido como o desenvolvimento de uma teoria ou de um método que seja a fórmula para a compreensão de todas as suas obras.

Ainda de acordo com Gutting (2016, p. 18), citando Isaiah Berlin, Foucault “não é um ouriço, mas sim uma raposa”:

[...] (as raposas) que se dedicam a muitas finalidades, frequentemente não relacionadas e até mesmo contraditórias, conectadas, se o forem, apenas de alguma maneira *de facto* por alguma causa psicológica ou fisiológica, não relacionadas por nenhum princípio moral ou estético.

Quando me deparei com essa “falta de linearidade” em Foucault e as discussões do grupo nas disciplinas de “Tópicos Especiais”, parecia impossível alcançar, nem que fosse, o mínimo necessário para começar a entender esse autor. Norteada por minha orientadora, porém, comecei a procurar conceitos básicos na escrita foucaultiana, que ajudariam a me familiarizar com os termos usados para o estudo desse autor.

Tendo então alguns termos teóricos em mente, muitas dúvidas e sendo atravessadas³ a todo instante por questões emocionais e pessoais, segui com um grupo de estudos de alunas que estavam iniciando os estudos em Foucault.

³ O sentido de “atravessada” estará sempre ligado aos atravessamentos das práticas discursivas e não discursivas que circulam em nosso tempo e situação geográfica. Ou seja, a constante relação de efeitos que causamos no mundo e vice-versa, porém não como algo fixo, mas que ressoa ou produz efeitos em nós.

2. Introdução

Ao encetar os estudos em Michel Foucault, percebe-se que passamos a refletir por um viés não categórico, biológico, metafísico ou naturalizado do sujeito. Foucault mostra que as verdades históricas de cada tempo são construídas da mesma forma como podem ser desconstruídas.

Seria, portanto, a própria construção do sujeito da sexualidade um efeito histórico, em que, determinado momento, o sujeito da “heterossexualidade” também foi uma construção histórica que adquiriu com o tempo o sentido de norma sexual (Denis; Cavalcante, 2008).

Foucault (2017) discute a sexualidade como sendo um dispositivo de poder que concebe em troca uma extensão dos domínios e das formas de controle, ligando-se à economia de várias formas e maneiras sutis, sendo o corpo, o principal meio de circulação de riquezas – corpos que consomem e produzem.

No que diz respeito às questões de identidade de gênero, o debate se inicia, primordialmente, a partir de trabalhos desenvolvidos por grupos feministas que questionavam a definição tradicional do que era ser mulher e ser homem.

Considerando a necessidade de reflexão crítica que atravessa o trabalho do discente e do docente de psicologia com relação aos assuntos atuais, podemos afirmar a importância desta dissertação ao buscar e compreender como os discursos acerca da sexualidade e identidades de gênero atravessam os enunciados de alunos de psicologia que estão realizando a prática profissional no estágio curricular. Este compartilhamento de informações e saberes corrobora a formação do psicólogo.

Ao pensar na formação do psicólogo, e tendo Foucault como base para a fundamentação desta dissertação, não poderíamos deixar de questionar os percursos da psicologia, que foram atravessados pelas questões de sexualidade e de gênero.

Compreendemos que o apanhado histórico da psicologia é leitura obrigatória de quem ingressa no meio acadêmico, sobretudo compreender essa visão histórica com um olhar mais atento para as questões da sexualidade e gênero é fundamental para a compreensão do que vemos hoje.

O meio acadêmico tem sido convocado para assumir a responsabilidade da discussão de temas, como alteridade e inclusão de minorias, o que implica discutir sua posição diante dos novos sujeitos no espaço social, a exemplo dos membros da comunidade LGBTQIA+. O termo LGBTQIA+ representa lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, Queers,

intersexuais, assexual e Plus, o que apresenta uma ideia de estudo infundável da sexualidade e do gênero.

A denominação LGBTQ é uma das mais conhecidas. Contudo, atualmente, o movimento passou a usar a sigla LGBTQIA+, o “I” que inclui o intersexo, o “A”, que inclui o assexual e o “plus (+)” que inclui outras siglas que representam formas diferentes de viver a sexualidade e o gênero. Para entendermos a sigla, ela é dividida em duas partes. A primeira, LGB, se refere à orientação sexual do indivíduo; a segunda, TQIA+, se refere ao gênero. Em que temos: lésbicas (toda mulher que se identifica como mulher e tem preferência sexual por outra mulher), gays (todo homem que se identifica como homem e tem preferência sexual por outro homem), bissexuais (pessoas com preferência sexual por dois ou mais gêneros), travestis, transexuais e transgênero (pessoas que não se identificam com o gênero social, que tem como base o órgão sexual, na hora do nascimento, masculino ou feminino), intersexuais (antes chamados de hermafroditas, são pessoas que não conseguem ser definidas em masculino ou feminino), Queer (significa no inglês “estranho, peculiar, não usual, inconventional, irregular”, entre outros termos utilizados no inglês para expressar aquilo ou alguém que não está dentro do padrão cisgênero⁴ heteronormativo), Assexual (pessoas que não sentem atração sexual por outrem), e plus (ideia de infundáveis definições da sexualidade e do gênero).

O termo atual oficial usado para a diversidade no Brasil é o LGBT. A alteração do termo GLBT para o termo LGBT foi aprovada no Brasil, em 2008, na 1ª Conferência Nacional GLBT⁵, realizada em Brasília, no período de 5 a 8 de junho de 2008. O encontro foi realizado para debater os direitos humanos e políticas públicas destinadas a gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Após este encontro, foram criadas várias políticas de fomento à diversidade sexual e de gênero.

Neste trabalho, também é de interesse entender como é a compreensão e alcance dos discursos de sexualidade e identidade de gênero que circulam, não apenas no estágio obrigatório das/dos alunas/alunos, mas também que ressoam durante toda a formação da graduação.

Para fundamentar esta pesquisa, o embasamento teórico-metodológico se centrou no pós-estruturalismo, tendo como principal referência, de base, o autor Michel Foucault, para a

⁴ Cisgênero (Cis) é o termo utilizado para se referir ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o seu "gênero de nascença."

⁵ Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT: <https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cncd-lgbt/conferencias/anais-1a-conferencia-nacional-lgbt-2>

compreensão de termos, como “discursos”, “genealogia”, “poder”, “saber” e outras/outros autoras/autores que dialogam com esta perspectiva teórica.

Nesta pesquisa, foi imprescindível ter, também como base, a autora Judith Butler e seus estudos sobre Identidade de Gênero e teoria Queer. Butler traz para discussão questões do feminino X masculino, do gênero não binário, bem como outras discussões elementares, para o atual campo de trabalho dos psicólogos.

3. Fundamentação Teórica

3.1 O contexto psicológico à luz do pensamento Foucaultiano

Um dos conceitos fundamentais para o andamento desta pesquisa foi tentar compreender o que Foucault queria dizer quando falava sobre arqueologia. De acordo com Castro (2016, p. 40):

[...] A arqueologia não se ocupa dos conhecimentos descritos segundo seu progresso em direção a uma objetividade, que encontraria sua expressão no presente da ciência, mas da episteme, em que os conhecimentos são abordados sem se referir ao seu valor racional ou à sua objetividade. A arqueologia é uma história das condições históricas de possibilidade do saber.

A arqueologia está relacionada então com a compreensão do que permitiu, conduziu o saber de uma determinada época, as condições históricas que possibilitaram um saber se manifestar. A história passou a ter um novo significado para mim, tornando-se não apenas um mero relato do que se passou, mas trazendo várias informações da época em que determinado tempo histórico pode contar, ou seja, como era a sociedade, a economia, cultura, geografia, as tecnologias.

Encontrei também em Castro (2016, pp. 40-41), o que compreendo sobre arqueologia:

A arqueologia do saber se situa nessa transformação (nem recente nem acabada) pela qual a história redefine sua posição a respeito dos documentos. A tarefa primeira da história já não consiste em interpretar o documento, determinar se diz a verdade ou seu valor expressivo, mas, antes, em trabalhá-lo desde o interior. [...] Não busca neles os rastros que os homens tenham podido deixar, mas desdobra um conjunto de elementos, isola-os, agrupa-os, estabelece relações, reúne-os segundo níveis de pertinência.

Com o conceito de “arqueologia” em mente e entendendo que Foucault enfatizou a necessidade de compreender e investigar o máximo de elementos que pudessem influenciar o momento histórico que estava estudando e suas condições de possibilidades, senti que seria necessário revisitar as circunstâncias em que a psicologia surgiu, o caminho que traçou até os dias atuais, quando e o porquê de ter começado a se voltar para as questões da sexualidade e gênero e de que modo o fez.

As ciências tendem a buscar compreender os fenômenos que formam, circulam e influenciam os seus objetos de estudo. Para entender esses objetos, a ciência muitas vezes os

colocou em um lugar de estudo que parecia não pertencer a um momento histórico ou a uma sociedade. Sem contar, com o acréscimo às pesquisas, elementos que iriam romper com essa linearidade, como os preconceitos, crenças, influências (Rose, 2011).

Conversando com colegas de psicologia que estudaram e ainda estudam em outras instituições, pude constatar a propriedade do que expõe Nikolas Rose (2011), em seu livro *Inventando nossos selves* – livro que foi adotado para ser trabalhado durante a disciplina de Tópicos Especiais, em 2017 –, quando fala que são muitas as instituições que estão sempre retomando a história da psicologia para ser passada aos futuros profissionais. Isto porque a história tem o papel de utilizar o passado para demarcar os regimes de verdade que são contemporâneos para a disciplina, utilizando o passado para policiar o presente e modelar o futuro.

O termo “verdade” será entendido como um conjunto dos procedimentos que permitem pronunciar, a cada instante e a cada um, enunciados que serão considerados verdadeiros. Não existindo uma verdade suprema e sendo considerada como uma verdade interna, quando se leva a cabo na história das ciências; e a verdade externa, que em sociedade fazem nascer determinadas formas de subjetividade, domínios de objetos e tipos de saber (Castro, 2016).

Rose (2011) aponta que deveríamos pensar que os textos mais antigos da história da psicologia, que hoje parecem excêntricos, outrora eram as verdades centrais, normais e respeitadas em sua época e que, ao invés de questionar esses saberes, a partir do ponto de vista do presente, deveríamos questionar as certezas da atualidade, levando em consideração o processo de marginalização dos saberes.

Creio então que a clássica frase de Hermann Ebbinghaus “A psicologia tem um longo passado, mas uma curta história” representa bem os caminhos traçados pela psicologia (Jacó-Vilela; Ferreira; Portugal, 2013). O seu passado longo está repleto de especulações contínuas sobre a natureza, as vicissitudes e as patologias da alma humana. A sua curta história conta com o abandono da metafísica, especulação, o reducionismo médico e fisiológico desenvolvido no século mais recente com o “método experimental” (Rose, 2011).

Em uma tentativa de compreender melhor o seu passado, devemos considerar que a história da psicologia cruza e é cruzada por caminhos que nos levam às suas nascentes na filosofia, tendo como referencial a Grécia antiga, os escritos de Platão e Aristóteles, entre outros (Goodwin, 2005).

No entanto, não é a pré-história da psicologia que nos interessa, neste trabalho. Apesar de o homem ter uma história de busca ancestral do conhecimento de si, tal busca intensificou-

se de forma singular, a partir do momento em que a individualidade do homem na sociedade foi reconhecida, e que, por motivos políticos, econômicos e sociais, este individualismo precisou ser normatizado e padronizado. A psicologia começa a ganhar espaço no meio científico no século XVIII e XIX, quando há um reconhecimento da subjetividade privatizada, como também o reconhecimento da crise da subjetividade privatizada (Figueiredo, 2000).

A experiência da subjetividade privatizada seria, em síntese, quando o homem se reconhece como um ser livre, diferente uns dos outros, capaz de ter vivências e de pensar independentemente dos demais membros da sociedade. O predomínio da doutrina liberal que ainda afirmava a individualidade, liberdade e igualdade proporcionou o reconhecimento da subjetividade privatizada (Figueiredo, 2000).

Entretanto, como diria Figueiredo (2000, pp. 46-47), fazer ciência é sempre ir além das aparências. Os homens do século XIX passaram a desconfiar das próprias experiências. A crise da subjetividade privatizada ocorre, quando:

Se descobre que a liberdade e a diferença são, em grande medida, ilusões, quando se descobre a presença forte, mas sempre disfarçada, das Disciplinas, em todas as esferas da vida, inclusive nas mais íntimas e profundas.

Ao falar em disciplinas, Figueiredo (2000, pp. 48-49) adota uma compreensão foucaultiana do conceito de poder. Está se referindo aos Dispositivos do Poder e da falsa sensação de liberdade experimentada pelos homens.

Quando os homens passam pelas experiências de uma subjetividade privatizada e ao mesmo tempo percebem que não são tão livres e tão singulares quanto imaginavam, ficam perplexos. Põem-se a pensar acerca das causas e do significado de tudo que fazem, sentem e pensam sobre eles mesmos.

Ao lado das experiências individuais, surge para o Estado a necessidade de práticas que previssem e controlassem os sujeitos individuais. Desde a forma mais eficaz de educá-los, até selecioná-los e treiná-los, para melhor se ajustarem ao trabalho.

Na esperança de ser possível padronizar o homem de acordo com uma disciplina, normatizá-lo e colocar o indivíduo a serviço da ordem social, o Estado demandava por uma disciplina que fosse capaz de tratar toda essa normatização, principalmente na ordem da educação e do trabalho. Surge a demanda por uma psicologia aplicada (Figueiredo, 2000).

É dessa forma que no final do século XIX surgiram as condições para a elaboração dos projetos de psicologia como ciência independente e as tentativas de definir o papel do psicólogo

como profissional. Toda a vertente filosófica dos séculos anteriores deu subsídios importantes para a tarefa de construir uma psicologia como área específica de conhecimento e de pesquisa (Figueiredo, 2000).

Em síntese, a experiência da subjetividade privatizada e a crise dessa subjetividade deram condições para a psicologia científica, bem como a suspeita de que o homem não é tão livre e diferente entre si quanto se achava. Começavam a imaginar que existiam “forças invisíveis” que controlavam as ações humanas, o que levou os estudiosos a investigar o que havia por trás dos comportamentos humanos (Figueiredo, 2000).

Esse momento abre espaço para os projetos científicos de controle e previsão do comportamento das pessoas, porém abre espaço também para as problematizações teóricas e práticas das subjetividades humanas que são contrárias ao controle do poder, o que irá incentivar muitas escolas do pensamento psicológico e as suas repercussões na clínica e na educação (Figueiredo, 2000).

O século XIX foi composto por aplicações dos métodos das ciências naturais para as pesquisas de fenômenos mentais. Os cientistas alemães desenvolviam formas de aplicar o método experimental à mente e descreviam o seu funcionamento; o desenvolvimento de técnicas, aparelhos e livros sobre a mente se espalhava, fazendo com que o interesse nesse campo aumentasse; os astrônomos e filósofos ressaltavam a importância dos sentidos. Todos esses elementos compunham o cenário para a nova ciência surgir, sendo Wilhelm Wundt o seu fundador e considerado, até hoje, o Pai da Psicologia Moderna (Schultz, 2014).

De acordo com Figueiredo (2000, p.54):

Em outras palavras: a ciência moderna está baseada na suposição de que o homem é o senhor que tem o poder e o direito de colocar a natureza a seu serviço. Essa suposição está claramente associada ao que dissemos acerca do aprofundamento da experiência subjetiva individualizada, já que esta enfatiza a liberdade dos homens para decidir e agir de acordo com sua própria cabeça e sem qualquer tipo de limitação, elaborando suas crenças e avaliando-as a partir de suas experiências pessoais, de suas conveniências e interesses, livres das restrições impostas pelas tradições.

De acordo com Francis Bacon (1561-1626), porém, é preciso que o pesquisador deixe de lado seus sentimentos, preconceitos e desejos, para obter a “verdade” do que procura. Contemporâneo de Descartes (1596-1650), Bacon afirmava que para vencer a natureza é

preciso que lhe obedeça e que para isso é preciso livrar-se de todo “subjetivismo” (Figueiredo, 2000).

Figueiredo (2000) comenta que não é fácil deixar de lado as questões subjetivas quando se está pesquisando algo, e foi este motivo que levou os pesquisadores a reconhecerem a força e a profundidade que os fatores subjetivos têm na vida dos sujeitos. Ele afirma que é difícil não confundir o que se espera de uma pesquisa com o que “de fato” se encontra ao final dela.

Isso nos leva a refletir sobre os cuidados necessários que um pesquisador precisa adotar para não “abafar a voz” de quem está sendo entrevistado e não correr o risco de entrar em conflito durante a própria entrevista e análise com as perspectivas e visão de mundo do outro.

Desta forma, as práticas científicas contribuíram para que os próprios cientistas admitissem que há fatores subjetivos e individuais permanentemente em ação. Bacon chamou esse fato de “ídolos do conhecimento”, como se a própria subjetividade do cientista e pesquisador estivesse em destaque e a primeira obrigação desses sujeitos é tentar deixar esses ídolos de lado e reforçar a ideia de uma experiência que é acessível apenas a quem vive (Figueiredo, 2000).

O início dos estudos psicológicos científicos ficara marcado por essa contradição entre os sujeitos livres e diferenciados, que dominam a natureza, e entre conhecer e controlar a própria subjetividade.

Wilhelm Wundt (1832-1920) graduou-se em Medicina na Universidade de Tübingen, transferindo-se mais tarde para Heidelberg. Depois de concluir a graduação, Wundt exerceu a Medicina por seis meses, como assistente clínico, porém acreditava que a carreira de pesquisador seria mais interessante. Candidatando-se à vaga de assistente de laboratório, Wundt passa a ser assistente de uma cadeira em Heidelberg, sendo um período em que produzia e publicava artigos com bastante frequência, publicando também dois livros que o fizeram ser conhecido como psicólogo experimental. Mais tarde, foi nomeado professor adjunto dessa universidade (Goodwin, 2005).

Durante alguns anos de pesquisas, publicações e muito trabalho, Wundt afirmava que alguns aspectos da psicologia poderiam ser experimentais, o que ficou logo conhecido como “a nova psicologia” (Goodwin, 2005). Foi em Leipzig que Wilhelm Wundt criou o seu famoso laboratório, tornando-se o primeiro laboratório de psicologia experimental, o que rendeu muitas pesquisas originais, propiciando suas publicações (Jacó-Vilela; Ferreira; Portugal, 2013).

Em 1881, Wundt criou a revista *Estudos Filosóficos*, sendo a primeira publicação destinada a pesquisas experimentais em psicologia. Wilhelm Wundt foi considerado o primeiro

psicólogo da era moderna, tendo influenciado os estudos norte-americanos que, apesar de estarem engajados nos estudos cognitivos (behaviorismo), foram motivados pelos estudos e escritos deixados por esse autor (Goodwin, 2005; Jacó-Vilela; Ferreira; Portugal, 2013).

Wundt, tendo publicado os resultados de suas pesquisas na sua revista e trabalhado para o desenvolvimento de uma teoria sistemática da mente humana, contribuiu para o desenvolvimento da psicologia, como uma ciência moderna. Sendo considerado um dos principais nomes da psicologia, Wundt foi fundamental para outras linhas de estudo surgirem, pois, tendo a sua teoria para ser contestada, possibilitou o início da psicologia experimental e outros campos que contestavam as limitações que seus estudos colocavam ao humano (Schultz, 2014).

Vale destacar que, para Wundt, a psicologia era uma ciência que possuía duas vertentes: as ciências da natureza e as ciências da cultura. Suas pesquisas e obras passam pela psicologia experimental fisiológica e a psicologia social. O objeto de pesquisa, para Wundt, era a experiência imediata do sujeito, a experiência tal como se dá. Em outras palavras, a percepção do sujeito (Figueiredo, 2000).

Wundt fez uma análise dos fenômenos culturais, não usando em sua psicologia social o método experimental, mas os métodos comparativos da antropologia e filosofia, tendo como objetivo a investigação dos processos de síntese, pois para ele esse processo de síntese criativa tem como resultado a subjetividade se manifestando através de experiências imediatas, como vontade, como capacidade de criação (Figueiredo, 2000).

Wundt acabou criando duas psicologias, apesar de não ter tido essa intenção: a psicologia experimental e a psicologia social, ou “dos povos”, que se preocupava em estudar os processos criativos em que a causalidade psíquica aparece com mais força, são processos subjetivos que só ocorrem com clareza na vida social e que só podem ser estudados, através dos produtos socioculturais, sem a interferência de experimentos controlados.

A partir de Wundt, é possível perceber que a história da psicologia se desenvolveu de forma mais sistemática (Jacó-Vilela; Ferreira; Portugal, 2013). No final do século XIX e início do século XX, apesar de ser um processo contínuo de desenvolvimento, a psicologia passou a atender as demandas daquilo que era convocado para o psicólogo naquele momento, dando início a uma espécie de “dispersão” de saberes e práticas psicológicas, fazendo com que várias ramificações de teorias, como o Behaviorismo, a Psicologia Comparada, a Gestalt, a Fenomenologia, a Psicologia Humanista, a Psicanálise, entre outras, fossem desenvolvidas (Jacó-Vilela; Ferreira; Portugal, 2013).

Marcado por grandes movimentos, o século XX foi fundamental para o desenvolvimento de uma psicologia crítica social que se concentrasse nas demandas que estavam surgindo dos movimentos que aconteciam na época. No Brasil, por exemplo, a década de 1970 foi marcada pela ditadura militar, e a organização social, para combatê-la, sofreu forte influência das ideias marxistas. Neste exato momento da ditadura, a psicologia brasileira estava, também, sendo influenciada pela psicologia americana, concebendo a realidade social, como fruto da presença do outro. A psicologia no Brasil, nesse momento, enfatizava o controle, categorização e classificação, tornando-se uma profissão e um saber a serviço dos interesses das elites (Jacó-Vilela; Ferreira; Portugal, 2013).

É então que a Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso) se apresenta como uma possibilidade de romper com a Psicologia Social americana e europeia, pois os problemas da nossa sociedade, como a desigualdade social e miséria, não encontravam soluções na psicologia que estava sendo importada (Jacó-Vilela; Ferreira; Portugal, 2013).

Voltando-se para as demandas sociais brasileiras, os psicólogos se encontravam em um cenário ditatorial (1964-1985), em que existia uma preocupação alarmante com a revolução dos costumes, com a liberdade sexual, a crescente presença da mulher no mercado de trabalho e espaço público e a entrada dos homossexuais e travestis, que começavam a ter menos receio em assumir suas práticas sexuais ou identidades de gênero (Quinalha, 2018).

Fazendo essa pequena retrospectiva da psicologia e assumindo a postura de fazer reflexões, levando em consideração o contexto histórico, político e econômico, me pergunto quais foram as circunstâncias que atravessaram a história da psicologia até hoje. Rose (2011) nos conta que críticos sociólogos e culturais têm voltado sua atenção para a psicologia, procurando revisar a história e apontar que ela, do jeito que é contada hoje nos livros, não tem o objetivo de esclarecer o seu passado, mas de legitimar o seu presente.

Já vimos anteriormente um pouco da história da psicologia, que encontramos em livros, mas acredito ser necessário refletir sobre o que traz Nikolas Rose, em *Inventando nossos selfs*, quando faz uma reflexão crítica sobre fatores que influenciaram e influenciam a psicologia, tais como os econômicos, profissionais, políticos, culturais e patriarcais.

Economicamente, podemos refletir sobre as condições políticas, institucionais e conceituais que possibilitaram as diferentes noções de economia, mercado, classes trabalhadoras. Precisamos refletir sobre como esses aspectos produziram questões para que a psicologia pudesse fornecer respostas (Rose, 2011). É preciso refletir sobre as condições de

possibilidades que a economia teve naquela época e como atravessou a psicologia, assim como a própria psicologia atravessava o campo econômico.

Os atributos da psicologia, enquanto profissão, permeiam pelo interesse que a psicologia tem de estudar algo ou alguém. Por exemplo, quando alguns psicólogos estudaram a relação da capacidade mental das mulheres com o ciclo reprodutivo, tendo o intuito de retratar as mulheres como instáveis e dependentes (Rose, 2011).

Rose (2011) ressalta que é importante pensar de onde surgem os interesses coletivos de uma comunidade, como a científica. Qual poder estaria por trás dos interesses de uma classe que tem um status de detentores de um determinado saber? É preciso que estejamos atentos para alianças entre grupos que se convencem, de formas diversas, de que possuem o mesmo interesse. A respeito disto, pergunto-me da onde vem o interesse da psicologia em estudar a sexualidade e o gênero e se a própria psicologia não seria mais um mecanismo de controle do poder utilizado para monitorar e conter a sociedade.

Muitas pessoas enxergam o campo político como forte influenciador das ciências “psi”, mas o que pouco se fala é sobre as contribuições da psicologia para novas formas de pensar dos governos. A exemplo do Estado no século XIX, que passou a compreender uma nova forma de constituir os sujeitos políticos de uma população, como também atribuiu aos governantes a responsabilidade de assegurar o bem-estar e a normalidade física e mental dos seus cidadãos. Moldar e regularizar a forma como as pessoas conduziam as suas experiências privadas, de forma que tivessem a sua privacidade e liberdade garantidas, dentro do âmbito de normalidade maximizada (Rose, 2011).

Em relação à cultura, Rose (2011) nos fala sobre a tendência de alguns críticos em ver o desenvolvimento da psicologia como um sintoma de uma época que viu o sujeito se tornando um ser mais pessoal, introspectivo. Mas ele aponta que a possibilidade de a psicologia emergir está relacionada às condições de articulação e de transformação dos valores e técnicas que possibilitaram certas práticas (culturais). Ou seja, a ascensão da psicologia não foi e não é mero sintoma. Ela se encontra no interior de uma genealogia de “tecnologia de subjetivação.”

Em todos os casos, a psicologia está sempre investigando a vida mental do indivíduo humano, a sua subjetividade. A psicologia não pode ser um conhecimento universal, dado separadamente do contexto social. As suas verdades são constitutivamente sociais. O “construcionismo social” aponta que o conhecimento é “subdeterminado” pelas experiências e por esse motivo é necessário conhecer a cultura social. Esta compreensão depende dos processos sociais, sendo histórica e socialmente variáveis (Rose, 2011). Mas o que distinguiria

os processos que são construídos por outros campos de conhecimento científico e os campos que a própria psicologia participa da construção? Qual a participação da psicologia nos assuntos referentes à sexualidade e gênero?

Considero importante ter trazido à tona, neste trabalho, a história da psicologia e as críticas referentes a essa história, porque essas questões geram ressonâncias significativas na formação e conhecimento dos futuros psicólogos. Como também, considere importante trazer as críticas para pensar, junto ao leitor, em como a psicologia atravessa e é atravessada pelo social e como é relevante que tenhamos a noção “de onde veio, os caminhos por onde passou – e que deixou ressonâncias – e como pode estar atravessando a sociedade agora.” É importante termos essas informações, para tentar entender como essa formação está ocorrendo, porque ela acontece desta forma, como repercute no estudante de psicologia e como este está sendo formado para lidar com o social. No caso desta pesquisa, o interesse foi compreender como os estudantes se posicionam enquanto profissionais – levando em consideração os anos de formação – diante das questões de sexualidade e de gênero.

É importante ressaltar que, nesta dissertação, partimos do ponto de vista genealógico do sujeito, ou seja, dentro de um estudo dos modos pelos quais as pessoas são levadas a se reconhecer enquanto sujeitos sexuais, por meio de práticas de si; a compreensão do sujeito será de um sujeito de saber, de ações de poder e éticos (Ferreira Neto, 2004). A ênfase será no sujeito contemporâneo, compreendendo e problematizando os fatos de época, considerando os contextos sociais, diferenças culturais, o lugar e o momento histórico que atravessavam e que atravessam os interessados da psicologia.

Esclarecida a nossa compreensão de sujeito, apontamos que, por volta da década de 1990, o psicólogo passou a atuar fora do campo liberal-privado, para entrar em um campo social entrelaçado ao Estado ou às organizações não governamentais (Ferreira Neto, 2004). Nos últimos 30 anos, a psicologia vem sofrendo questionamentos com relação à sua formação, pois esta não tem correspondido às questões de emergência da sociedade. Surgiu então uma preocupação com as questões do saber/fazer da psicologia, bem como com as suas dimensões ético-políticas.

Ferreira Neto (2004) aponta que até a década de 1980, as instituições estavam preocupadas com as questões das áreas de atuação, dando ênfase a três áreas básicas: a clínica, a escola e a indústria. A clínica alcançou lugar de destaque entre essas três áreas, ganhando maior carga horária curricular nos cursos, porém a própria clínica nos últimos anos sofreu mudanças, tanto por conta das discussões sobre a formação do psicólogo, como pela

transformação do ambiente histórico e do campo do saber “psi” e das problemáticas em que está sujeita a formação do psicólogo brasileiro (Ferreira Neto, 2004).

A clínica está sendo considerada até aqui como a psicoterapia desenvolvida em espaço apropriado (consultório), particular, de profissionais liberais e que desenvolvam um trabalho intrapessoal.

Parte dos questionamentos está relacionada com a desconstrução da concepção de clínica, como sendo exclusiva de um consultório particular, com terapia individual. Enquanto ex-aluna da graduação de psicóloga da turma de 2012.1, acredito ter propriedade para dizer que, apesar das problematizações, questionamentos e reflexões, com relação a esse enfoque dado à clínica, a minha formação teve um viés voltado para tal prática, em que todas as pessoas da minha turma acabaram por realizar o estágio obrigatório na clínica-escola da universidade. Talvez isto tenha ocorrido pelo fato de a própria instituição oferecer a clínica-escola como opção e não expondo outras possibilidades (como fez com a clínica) de atuação. Reconheço que o interesse tem que partir do próprio aluno em procurar estágio em outras práticas de atuação, mas a universidade peca em indicar outros campos em que o aluno poderia estar atuando em seu estágio.

Entre 1987 e 1994, o Conselho Federal de Psicologia e as universidades realizaram uma série de pesquisas relacionadas à formação do psicólogo no Brasil. Os trabalhos, frutos dessas pesquisas, renderam publicações que serviram como referência para debates sobre esse tema da formação e influenciaram nas diretrizes curriculares. Estes resultados, porém, não se devem apenas a essas pesquisas, pois os impactos sociais e políticos da época já exigiam do psicólogo uma postura diferente, em que ele teve que se voltar para as demandas das classes populares. Estas mudanças necessárias na atuação e formação do psicólogo repercutem até hoje (Ferreira Neto, 2004).

A relação do meio social e a psicologia é complexa, pois a realidade vai além de uma visão romantizada e benevolente de ajudar e atender os indivíduos, mas passa por práticas da subjetividade, ou seja, a psicologia se constitui na produção de subjetividades em uma relação ambígua (consonância/dissonância) em relação às questões biopolíticas contemporâneas.

Por volta de 1994, outras pesquisas realizadas pelo CFP começaram a se concentrar nas novas necessidades de fazeres e contextos de atuação do psicólogo, o que resultaria na implicação das graduações em psicologia, ou seja, como essas graduações estariam atendendo às necessidades de emergência da sociedade. Esta pesquisa foi realizada, através de entrevistas, com 23 profissionais responsáveis por trabalhos teóricos e práticos (Ferreira Neto, 2004).

De acordo com Ferreira Neto (2004), o ponto de partida dessa pesquisa foi distinguir as clínicas clássicas das novas formas e concepções de práticas clínicas. A clássica está voltada para o psicodiagnóstico, modos de classificação e uma prática voltada para o indivíduo que está em psicoterapia individual em consultórios particulares, limitado a uma parcela da população que pode pagar pelos serviços. O sujeito dessa clínica seria a-histórico, universal e abstrato.

O que cerca as novas concepções de fazer clínica, Ferreira Neto (2004) aponta que essa prática está longe de ser algo homogêneo e completo, finalizado. É um campo aberto e “multi”: multicultural, multifacetado, multidisciplinar e em constante construção. Um dos caminhos que a pesquisa realizada pelo CFP foi seguindo foi a percepção de três aspectos sobre a “nova clínica”: perceber a necessidade de expansão do campo da clínica, a necessidade de teorias e teóricos que atendessem às necessidades da realidade brasileira e a importância de ter um conhecimento multidisciplinar sobre o sujeito (Ferreira Neto, 2004).

Ou seja, o CFP percebeu que a clínica necessitava atender a uma camada da população que estava além das quatro paredes de um consultório clínico. A população de baixa renda demonstrava necessidades gritantes, que exigiam dos profissionais pensar o indivíduo como um ser contextualizado em um meio cultural, exigindo do psicólogo uma inserção no social. A partir disso, o psicólogo necessitou buscar referenciais teóricos que fundamentassem uma prática clínica no meio social. Pensar a subjetividade a partir de uma construção histórica, considerando as contingências sociais. E por fim, consoante os dois aspectos anteriores, foi majoritário na pesquisa do CFP que os psicólogos necessitavam do trabalho multidisciplinar, apesar de os psicanalistas na época acreditarem que uma disciplina bastava a si mesma (Ferreira Neto, 2004).

Ou seja, a psicologia no Brasil precisava de uma revisão das demandas, incluindo o social como fator essencial para a constituição do sujeito e de sua subjetividade. E também necessitava trabalhar de forma multi e transdisciplinar, como forma de produzir conhecimento.

Ferreira Neto (2004) diz que esse momento foi uma mudança para a formação dos psicólogos brasileiros, e ainda afirma que essa mudança não ocorreu por conta de grandes teóricos, mas sim por uma pressão social da camada mais desfavorecida, que não estava sendo contemplada pelo saber/fazer psi. Em 2001, as necessidades do curso de psicologia se voltaram para a adequação das diretrizes curriculares às urgências da sociedade brasileira.

Acredito que a minha experiência de graduação (2012-2016) pode confirmar que mudanças aconteceram de fato com relação às diretrizes curriculares. Se comparar as falas dos profissionais formados há trinta anos e a minha formação, é nítida a diferença. Acredito que as

instituições de fato se preocuparam com as questões do meio social, no entanto, parecem não acompanhar as “novas” formas de subjetivação e de estar no mundo. Em base minha fala nos meus anos de formação, em que notei a falta de diálogo em relação a temas tão contemporâneos, como o feminicídio, depressão na adolescência e juventude, a tecnologia na construção da subjetividade, as questões sobre sexualidade e identidade de gênero.

É inegável a importância de as formações em psicologia mostrarem a história dela, como forma de contextualizar a ciência “psi”, apresentando as linhas teóricas, a forma como cada uma concebe o sujeito e a sua formação. Também é importante que nos mostrem as clássicas doenças do psiquismo e como podemos nos inclinar (no sentido de atitude clínica), para acolher essas demandas. No meu entendimento, porém, essas teorias e métodos que são passados, ainda não são capazes de acompanhar as transformações do mundo atual que acontecem vertiginosamente.

Como diz Figueiredo (2000), muitos psicólogos não concordam com o método de conhecer para então poder dominar as sinuosidades da subjetividade humana e que o interesse maior é conhecer esses aspectos profundos do “eu” para torná-los fortes e livres. Esses profissionais têm um campo e objeto próprios, porque adotam outros métodos e outras metas.

Reenfatizamos, portanto, o pensamento foucaultiano, o da necessidade de compreender e investigar o máximo de elementos que podem influenciar o momento histórico que estamos estudando. As questões práticas do dia a dia parecem se perder em atitudes “contemplativas”, mas não pragmáticas, que promovam pensamentos subversivos, para além do que está estabelecido.

O psicólogo esteve inicialmente ligado aos problemas educacionais e do trabalho, aplicando testes para selecionar o “homem certo” para o “lugar certo”, objetivando classificar pessoas e oferecer treinamentos de capacitação, programar a aprendizagem, etc. Estas funções ainda são importantes e fazem parte do *hall* do trabalho do psicólogo, enfatizando que até hoje as psicologias estão vinculadas às demandas do controle do poder (Figueiredo, 2000).

Bem como diz Figueiredo (2000), a tarefa do psicólogo moderno é relembrar que não somos o Sol e que este não gira em torno da Terra. É promover, de fato, os pensamentos subversivos para além do que está estabelecido, discutindo assuntos “tabus” para a sociedade e problematizando questões que são marginalizadas pelo controle do poder.

3.2 Diversidade e sexualidade

No que concerne à sexualidade, identidade de gênero e à população LGBTQIA+, um dos assuntos mais abordados no mundo e tema desta dissertação, podemos dizer que a psicologia esteve presente nas transformações políticas e sociais com a ascensão dessas questões (Aragusuku; Lee, 2015). No entanto, atualmente, passamos por uma fase complicada para falar sobre políticas sexuais, tendo em vista o cenário político e avanço de uma onda conservadora (Velasco; Cruz e col., 2015).

Como consideramos a historicidade elemento fundamental para a produção dos saberes e subjetividade, acreditamos ser necessário falar sobre a concepção de sexualidade presente nesta pesquisa.

De acordo com o trabalho do filósofo Michel Foucault (1924–1984), a sexualidade é uma noção nova no pensamento ocidental e, só no século XIX, é que se torna elemento a ser discutido, pois se consolida como objeto científico do saber médico e de áreas como a psiquiatria e a psicologia (Foucault, 1988; 2017).

Segundo Silva (2008), entre os séculos XIX e XX, o sexo era separado entre o que era natural e saudável e o que era patológico e desviante. Estas datas foram marcadas por debates políticos que transitavam entre aqueles que criminalizavam as práticas dos “desviantes” (assim chamados os homossexuais) e os que defendiam os seus direitos civis, tendo como exemplo o Comitê Científico Humanitário, que pedia a derrubada do parágrafo 175 do código penal alemão, que criminalizava as práticas homoeróticas.

Ainda citando as pessoas que se debruçaram sobre as questões da sexualidade, não podemos deixar Sigmund Freud (1856-1939) de fora, que falou pela primeira vez da sexualidade além da procriação, afirmando que a sexualidade existe desde o nosso nascimento até a nossa morte e está ligada ao campo do desejo e do prazer, sendo uma esfera fundamental do desenvolvimento psíquico. Para Freud, a sexualidade vai além do biológico, centrada na reprodução e nas capacidades instintivas, sendo possível se manifestar para além dos fins reprodutivos e tornar essa prática em uma condição patológica ou antinatural (Costa; Oliveira, 2011).

Em meio a debates a favor e contra as questões da pluralidade sexual, foi a partir dessas discussões que os primeiros movimentos significativos de resistência à heteronormatividade começaram (Aragusuku; Lee, 2015).

Em concordância com os pensamentos de Foucault (1988; 2017), entendemos a sexualidade como um dispositivo. Os dispositivos são estratégias, táticas que têm a finalidade de projetar corpos e almas e fabricar populações que atendam às demandas emergentes na sociedade, no decorrer da história. Alguns exemplos de dispositivos são a escola, os hospitais, o exército, a família e a prisão.

As configurações de corpos e almas são possíveis, através do que Foucault intitulou de relação de poder e saber. O poder compreende as infinitas relações de força que ocorrem em toda e qualquer instância da sociedade. Elas são entendidas como ações sobre ações; é o exercício do poder que molda as subjetividades e os corpos dos indivíduos.

Em relação ao “saber”, Foucault considera a existência de um discurso em um conjunto de regras não anunciadas, que são históricas, sempre dadas em um determinado tempo e espaço. Ou seja, em determinado momento é enunciado algo que é configurado como um saber verdadeiro, que atua de maneira disciplinar, por ser ensinado através da relação de poder.

A partir da compreensão de “poder” e “saber”, Foucault explora o sexo como uma questão com capacidade discursiva, que possibilita o controle sobre a vida na prática sexual, ou seja, as questões, como natalidade, fecundidade, entre outras, são valorizadas, significando que o sexo é algo que interessa aos governos e à saúde pública (Castro, 2016). Desta forma, é necessária a investida em dispositivos que possam regular as questões referentes ao sexo. A história da sexualidade se encarrega de mostrar como se formou, na compreensão do Ocidente, a sexualidade.

De acordo com Foucault (1988; 2017), a sexualidade não é algo pronto, natural, mas sim, bastante mutável. É por meio de uma série de regimes de verdades e olhares para o sujeito que a sexualidade se tornou um dispositivo de controle. Este dispositivo é uma forma muito forte de gerenciamento da população, dos corpos, das subjetividades.

Em *A vontade de saber*, Foucault (1988; 2017) discute a questão do vocabulário utilizado para se falar sobre o sexo, afirmando ter havido, no decorrer dos séculos, uma depuração rigorosa deste. Ou seja, passou a existir um policiamento dos enunciados, garantindo o cumprimento das regras de decência. Foram então estabelecidas as regiões de silêncio, ou de discrição ao que se referia a sexo.

No entanto, no âmbito dos discursos e de seus domínios, o assunto da sexualidade não parou de proliferar, tendo seu debate discursivo aumentado consideravelmente, a partir do século XVIII. Foucault (2017) aponta para a importância da multiplicação dos discursos sobre o sexo, no campo do poder. Questões como a natalidade e a fecundidade são de interesse de

governos, significando que o sexo é ponto de interesse deles, sendo necessário lançar mão de dispositivos que organizem essa esfera.

A sexualidade tem relação com estruturas, exigências, leis, regulamentações políticas, tendo uma relevante importância capital e dessa forma a escola e a psiquiatria pedagogizam o sexo da criança; a política torna cada casal responsável pela procriação e pelo sexo que pratica, entre outras estratégias (Foucault, 1988; 2017).

Ainda na obra *A vontade de saber*, Foucault (1988; 2017) aponta quatro grandes estratégias de controle do poder que desenvolvem dispositivos mais específicos da sexualidade. Seriam elas a “histerização” do corpo da mulher, a pedagogia utilizada para o controle do sexo da criança, as condutas de procriação e a “psiquiatrização” do perverso. Outra modalidade de dispositivo seria o da aliança, ou seja, o matrimônio.

Apesar de todas essas estratégias de controle da sexualidade e instauração dos saberes da sexologia, da psiquiatria e psicologia com relação à sexualidade e a sua forma “correta” de se manifestar, o século XX marca a reivindicação de homossexuais, lésbicas, travestis, transexuais e outras categorias a serem identificadas como identidades sexuais legítimas e políticas, exigindo presença no embate público e político da sociedade (Aragusuku; Lee, 2015).

3.3 A identidade de gênero

Assim como outros termos aqui desenvolvidos, é necessário falar sobre a nossa compreensão de identidade. Em *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, Judith Butler (1990; 2016) fala sobre a existência de uma identidade de representação política, ou seja, uma identidade politicamente almejada, de um corpo controlado, em que os sujeitos são regulados, definidos e reproduzidos de acordo com as exigências dos sistemas jurídicos de poder. Estes sistemas políticos de poder regulam a vida política do sujeito, limitando-o, proibindo, regulamentando e o controlando (Judith Butler, 1990; 2016).

Falar em política e representação traz duas problematizações. Em termos de representação, tem como função, no meio de um processo político, dar visibilidade e legitimidade. No caso das mulheres, essa representação tem a função de legitimá-las como sujeitos políticos. A representação, porém, por ser uma função normativa da linguagem, acaba não contemplando totalmente o que é verdadeiro na categoria das mulheres. Isto significa que ao mesmo tempo em que dá visibilidade para uma parcela de mulheres, também exclui aquelas que não se veem naquela representação. A representação foi muito importante para a luta das

mulheres em prol da visibilidade e luta pelos direitos, mas diante dos novos cenários, a representação dessa identidade precisa ser problematizada (Judith Butler, 1990; 2016).

De acordo com Firmino e Porchat (2017), as estruturas jurídicas engessam as categorias de identidade, adequando-as a uma matriz heterossexual, o que significa que os corpos, gêneros e desejos passam a ser naturalizados, uma compreensão metafísica do corpo.

Butler (1990; 2016) diz que o discurso feminino passou a questionar as teorias feministas e políticas e passou a compreender a mulher, não mais como um sujeito estável e permanente. Começaram a questionar quem era o “candidato a sujeito de representação” e aqueles que ficavam como sujeitos últimos a representarem algo. Este corpo da representação seria condicionado e regulado, definido e reproduzido, pelo controle do poder heterossexual. Judith Butler problematiza a formação desses grupos identitários minoritários e questiona sobre quais corpos eles estão defendendo e quais limites são impostos para seus integrantes.

O movimento de Judith Butler passar a ser uma ação política que questiona essas identidades como produtos ou efeitos do poder e começar a se concentrar nos processos de produção dessas identidades, considerando as relações entre as várias identidades existentes e as compreendendo com um olhar genealógico (Firmino; Porchat, 2017).

Compreender a questão da identidade de gênero vai além de diferenciar o feminino do masculino, pois isso ainda presume uma universalidade e presunção do que é a mulher. De acordo com Butler (1990; 2017, p. 22):

A noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a “especificidade” do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a “identidade” como tornam equívoca a noção singular de identidade.

Judith Butler (1990; 2016) afirma que quando dizemos que alguém “é” uma mulher, um homem ou um homossexual, com certeza isto não é tudo o que a pessoa de fato é. Dizer que alguém é “tal coisa” não esgota as possibilidades do ser. Em termos de gênero, dizer que alguém é mulher não a engloba totalmente, não porque os traços biológicos da pessoa transcendam a especificidade do seu gênero, mas porque o gênero não é sempre constituído da mesma forma em contextos históricos diferentes e também porque as questões de raça, classe social, etnia e sexualidade são discursos que atravessam essa compreensão. Desta forma, é impossível pensar

o gênero sem considerar as interseções políticas e culturais em que produzem e mantêm a noção de gênero.

Outra questão importante para a compreensão da identidade de gênero é a distinção entre sexo e gênero. A ideia de gênero vem em oposição à ideia biológica determinista binária do “ou homem ou mulher”, e que definiria os lugares sociais de acordo com o sexo (Firmino e Porchat, 2017). Butler (1990; 2017, pp.25-26) diz que:

Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: consequentemente, não é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo.

Podemos compreender que o gênero não está preso ou determinado ao sexo do corpo físico. Ou seja, poderíamos supor que a construção do “homem” e da “mulher” não está restrita exclusivamente a corpos masculinos ou femininos. E ainda que, pelo sexo ser considerado binário, não significa que o gênero também está limitado a permanecer em duas únicas possibilidades (Judith Butler, 1990; 2016).

Se considerarmos o gênero independente do sexo, podemos então entender que o gênero torna-se algo “flutuante”, o que significa que falar de homem e masculino pode estar sendo atribuído a um corpo feminino ou um masculino, e seria igual para quando falássemos em mulher e feminino (Judith Butler, 1990; 2016).

Butler (1990; 2016) ainda problematiza a questão do sexo, indagando quem atribuiu a vagina à mulher e o pênis ao homem. Ela questiona se existe uma história por trás de como foi estabelecida essa dualidade do sexo e se esses vários discursos científicos estariam a serviço de outros interesses políticos e sociais. E afirma:

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nula (Judith Butler, 1990; 2017, p. 27).

Em uma concepção prediscursiva do sexo, compreendemos que, se o gênero é uma construção cultural e não é determinado pelo sexo, então podemos dizer que quem nasce com uma vagina ainda não é uma mulher (Firmino; Porchat, 2017). No início do primeiro capítulo de Problemas de gênero, Butler traz falas famosas de pensadoras que corroboram com esse

pensamento, tal como a de Simone de Beauvoir (1970), que diz “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher.” Butler então parece afirmar que, segundo as ideias de Beauvoir, o gênero é variável e volitivo, e que o “tornar-se mulher” estará sempre atravessado pelo fator cultural. A suposta “escolha” do gênero, porém, está ligada com a pressão e o controle político do poder, que diz que se você nasce com uma vagina, você será obrigatoriamente uma mulher (Judith Butler, 1990; 2016).

Butler (1990; 2017, pp. 30-31) argumenta que:

Os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura. Isso não quer dizer que toda e qualquer possibilidade de gênero seja facultada, mas que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiência discursivamente condicionada. Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade unível. Assim, a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero.

O corpo é atravessado pelo discurso antes mesmo de estar no mundo, como quando existe toda uma expectativa sobre o bebê que está para nascer. Quando é anunciado o sexo da criança, o discurso cultural logo tratará de inserir o bebê nas questões do gênero “equivalente”, como qual o brinquedo que ele/ela terá, quais as cores que irá usar, quem vai desejar. Esse corpo está sempre cercado de significados culturais. Neste ponto, Butler diz que o sexo, bem como o gênero, será uma produção discursiva. Eles serão efeitos do discurso. Desta forma, o sexo e o gênero não possuem substância ou essência, mas são os efeitos discursivos (Firmino; Porchat, 2017).

Até aqui foi falado bastante sobre gênero e sexo, mas isso se deve ao fato de a identidade não estar separada da discussão de gênero, pois, segundo Butler (1990; 2016, p. 42), “[...] as “pessoas” só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero.”

Se desde o nascimento nos é atribuída uma identidade de acordo com nosso sexo e logo é associada a um gênero, então pensar em identidade isolada do gênero parece inviável, pois as pessoas, antes mesmo do nascimento, estão “identificadas por um determinado gênero binário.”

Uma das principais questões que Butler levanta em relação à identidade é sobre em que medida as práticas que regulam o gênero constituem a identidade, a coerência interna do sujeito e a forma como essa pessoa se reconhece e se identifica. Ela questiona o que na identidade é

obra da normatização e o que faz parte da própria experiência do sujeito. Ela aponta que as normas de inteligibilidade social dão a “coerência” e a “continuidade” do sujeito. Inteligível seria aquilo que institui e mantém relações de coerência. É tudo aquilo que conseguimos nomear e formular o discurso sobre. Neste sentido, o gênero inteligível é aquele em que as normas de heteronormatividade consideram existir uma coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo (Butler, 1990; 2016).

Butler afirma que certos tipos de identidade de gênero, que aparentam uma falha no seu desenvolvimento, por não se limitarem às normas da inteligibilidade cultural, permitem que sejam feitas críticas a essa imposição de limites e regulamentação do campo do inteligível e com isso desencadear discursos subversivos sobre a desordem do gênero. Ou seja, o transexual, que a sociedade tanto demora a compreender e respeitar, subverteu as normas de gênero, tornando-se hoje uma identidade de gênero inteligível.

Pelo fato de o gênero não ser ontológico, fixo e pronto, a gramática não consegue dar conta. Butler (1990; 2016, p. 46), ao citar Irigaray, afirma que “[...] a gramática jamais poderá ser um índice seguro das relações de gênero, precisamente porque sustenta o modelo substancial do gênero, como sendo uma relação binária entre dois termos positivos e representáveis.”

Judith Butler rompe com a ideia de que gênero está preso a uma ligação entre o sexo biológico e o gênero culturalmente constituído e de uma prática “normal” do desejo e da prática sexual que sejam coerentes com esse gênero. Butler também não separa a identidade do gênero, pois a pessoa começa a se constituir enquanto ser no mundo, identificando-se como possuidora de gênero, falando assim sobre uma identidade de gênero, que não está completa e não se define por si mesma, estando expostas às várias contingências e aos atravessamentos da vida. Butler ainda diz que definir o gênero em binário é limitar a multiplicidade de cada pessoa.

3.4 Compreensão da comunidade LGBTQIA+ para a prática dos psicólogos

Há muito tempo existem vários questionamentos que giram em torno do tema da homossexualidade, desde perguntas: se é doença, se é desvio de comportamento; ou se, por questões de biogenética, em que a pessoa se torna homossexual durante o desenvolvimento intrauterino. Ou, então, que se trata apenas de uma escolha, uma questão de orientação sexual em que o indivíduo prefere se relacionar com alguém do mesmo sexo, podendo escolher se relacionar também com os dois sexos. Foi apenas em 1973 que a homossexualidade deixou de estar oficialmente no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM). Esta

despatologização pelo saber médico proporcionou uma construção de uma nova perspectiva científica e moral para a população LGBTQIA+, permitindo algumas mudanças nas relações da sexualidade e das tradições morais, como a perspectiva do sexo antes do casamento (Sampaio; Germano, 2014)

O movimento social foi considerado até o início do século XX, como sendo algo próprio das organizações e ações dos trabalhadores nos sindicatos. Em meados da década de 1960, passaram a fazer parte do objeto de estudo da Sociologia, assumindo também um caráter teórico (Goss; Prudêncio, 2004). A partir disso, novos movimentos começavam a surgir e mobilizações não operárias ganhavam espaço e visibilidade. Isto ocorreu, por conta dos novos fenômenos sociais: jovens, mulheres, negros começaram a levantar bandeiras em prol da qualidade de vida e para afirmar a diversidade dos estilos de vida (Lerbach, 2011).

O movimento LGBTQIA+ teve início na Europa, pedindo a não criminalização da homossexualidade e o reconhecimento dos direitos civis. No final do século XX, chega ao Brasil com maior ênfase na década de 1970, também tendo como objetivo principal a luta por visibilidade e igualdade de direitos (Bezerra; Souza; Maia; Matias; Silva, 2013).

Com a diminuição do pudor que as pessoas tinham em demonstrar a sua sexualidade, as décadas de 1960, 1970 e 1980 foram um momento de grande visibilidade para o grupo LGBTQIA+, embora isto não signifique que essa visibilidade naquele momento tenha uma conotação positiva. Alguém que era reconhecido como homossexual perdia a sua humanidade, sendo considerado menos respeitável (Quinalha, 2018). Vários tipos de manifestações artísticas foram censurados em nome da “moral e bons costumes”, principalmente quando existia algum indício de “homossexualismo” no conteúdo. Travestis, prostitutas e homossexuais eram marginalizados e sofriam perseguições, torturas e prisões, por serem “contra” aqueles que desejavam preservar a família tradicional brasileira.

De acordo com Renan Quinalha (2018), as questões comportamentais, depois do golpe militar, se tornaram o principal foco a ser controlado, mas apesar das perseguições e censuras, a população LGBTQIA+ crescia em meio a clubes, boates e em ambientes onde se podia socializar e conviver entre homossexuais em meio à repressão. As resistências da população LGBTQIA+ se manifestavam de formas variadas e dentro das possibilidades. Como exemplo de manifestação, o cantor e compositor Caetano Veloso, em forma de protesto, subiu ao palco de batom e imitou Carmen Miranda (Bezerra; Souza; Maia; Matias; Silva, 2013).

É na passagem da década de 1970 para 1980 que começou um aumento pela procura de visibilidade e cidadania, e emergiram muitos movimentos sociais que lutavam pela

democratização, liberdade e participação política, para obter justiça e reconhecimento das suas identidades (Quinalha, 2018). Arelada ao movimento homossexual, a criação do *Jornal Lampião* – o maior meio de comunicação dentro da comunidade – foi um marco para o país. A partir disso, vários outros grupos foram criados, como Somos/RJ, o Grupo Gay da Bahia, o Dialogay de Sergipe, o Atobá e Triângulo Rosa no RJ, o grupo Lésbico – Feminista de São Paulo, Dignidade de Curitiba, o Grupo Gay do Amazonas, etc (Bezerra; Souza; Maia; Matias; Silva, 2013).

Foi nos anos 1980 que a homossexualidade foi retirada da lista de patologias do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), mas, apesar disso, muitos desafios ainda seriam enfrentados, como a desmistificação da “peste gay”, que associava erroneamente o vírus do HIV e da Aids aos homossexuais, tornando as políticas públicas de saúde uma reivindicação primordial nesse momento (Quinalha, 2018). O Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) construiu parcerias com o Estado, a fim de garantir que a população Homossexual, vítima da doença, tivesse melhor assistência. Segundo Sampaio e Germano (2014), a epidemia de HIV/Aids acabou tendo um efeito “repatologizante” à homossexualidade, vistas como perigo para a saúde pública, passando por um processo de politização controlada.

De acordo com Bezerra, Souza Maia, Matias e Silva (2013, p. 317):

[...] nos anos 1990, as parcerias com o Estado em relação ao combate à Aids consolidaram-se e deram força ao aumento de grupos ativistas, principalmente de lésbicas e de travestis, elevando a diversificação e a incorporação dos vários sujeitos do movimento homossexual na atual sigla LGBT, lançando campanhas pelo reconhecimento legal das relações homossexuais e pelo enfrentamento à discriminação e à violência contra eles, popularizando o termo “homofobia”. É o momento de surgimento e consolidação das Paradas do Orgulho LGBT.

A partir da década de 1990, as entidades LGBTQIA+ foram se institucionalizando e ganhando um caráter oficial/profissional. Os homossexuais bem-sucedidos passaram a dar visibilidade aos LGBTQIA+ como consumidores em potencial, fazendo com que o mercado e poderes públicos estivessem mais abertos a recebê-los para além dos guetos (Quinalha, 2018).

Muitas lutas pelos direitos igualitários, visibilidade e respeito foram travadas pelo movimento LGBTQIA+. Apesar das dificuldades, o LGBTQIA+ no Brasil conquistou reconhecimento no que diz respeito aos direitos humanos, como a inclusão no Código de Ética dos Jornalistas da proibição da discriminação por orientação sexual; a realização no Brasil da

17ª Conferência da Associação Internacional de Gays e Lésbicas (Bezerra; Souza; Maia; Matias; Silva, 2013). Em 2011, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a união homoafetiva e alguns anos depois o Conselho Nacional de Justiça proibiu os cartórios brasileiros de se recusarem a celebrar os casamentos LGBTQIA+; a conquista pelo direito à adoção por casais do mesmo sexo; a mudança do nome civil e social, sendo que desde 2016 é permitido o uso do nome social em formulários dos funcionários públicos federais, crachás, nas inscrições do Enem; a eleição de candidatos declaradamente homossexuais; a cirurgia de mudança de sexo e de reprodução assistida feita pelo SUS; a presença de LGBTQIA+ na mídia, como nas novelas – dando ênfase à produção “Amor e Revolução”, novela do horário nobre do SBT, que passou o primeiro beijo lésbico da televisão brasileira e, em 2016, a Rede Globo protagonizou a primeira cena de sexo gay em uma emissora aberta, na novela “Liberdade, Liberdade”. Em 2016, a cantora Pabllo Vittar marcou a campanha publicitária da Avon de maquiagem para mulheres (Moura, 2017).

De acordo com Ferrari (2004, p. 108):

[...] o surgimento dos movimentos gays no Brasil foi responsável por uma nova face pública para a homossexualidade, com reflexos para o indivíduo, contribuindo para reforçar o entendimento da sexualidade como propriedade do eu, que pode ser vivida, descoberta, revelada, escondida, interrogada, desenvolvida, enfim, controlada.

3.5 A sexualidade, identidade de gênero e psicologia no Brasil

No que diz respeito à psicologia, paralelamente aos avanços da comunidade LGBT, as novas experiências de atuação dos psicólogos brasileiros da década de 1990 levaram a uma mudança na concepção do sujeito. A psicologia, a partir da década de 1990, passou a olhar para as demandas das classes populares da sociedade, bem como estar mais atenta aos fatos sociais da época.

Todas essas estratégias e dispositivos estão a serviço de um poder que pretende controlar questões referentes à sexualidade, sejam essas questões relacionadas à economia, sejam relacionadas à manutenção da normalidade estabelecida. Refletindo sobre o assunto e relacionando-o ao tema deste trabalho, questionamos a forma como esse dispositivo atua nas universidades, nos cursos de psicologia. No entanto, nossa investigação restringiu-se ao modo

como alunos que estão tendo a experiência da prática profissional no estágio curricular experienciam as questões relacionadas à sexualidade? De que forma esse dispositivo atravessa seus discursos? O que eles nos apontam sobre o modo como esses discursos exercem efeitos sobre suas práticas no estágio curricular?

Voltando-se para atender às questões que a sociedade demandava, o psicólogo brasileiro se deparou com muitos desafios que, por vezes, instigaram à produção de novos estudos e pesquisas, sendo necessário que acompanhasse as transformações que aconteceram e acontecem na sociedade. Diante da visibilidade que as questões sexualidade e de gênero vêm tomando na mídia e nas redes sociais, somos levados a crer que elas também estão chegando como demanda para os profissionais da psicologia. Para ilustrar essa crença, Edna Maria Peters Kahhale (2011), Doutora em Psicologia Experimental e participante da elaboração da resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia, relata que por volta de 1998, o Conselho Federal recebeu denúncias sobre práticas profissionais de psicólogos que consideravam a homossexualidade uma patologia. O episódio, que foi denunciado, constava de um grupo de retiro espiritual que se dedicava à reflexão da sexualidade dentro de uma determinada crença religiosa e que um psicólogo se propunha a curar homossexuais. Ou seja, nesse momento, o sujeito não era tratado como qualquer outro ser, com direito de viver suas próprias experiências afetivas, mas como um sujeito que apresentava uma patologia a ser curada.

De acordo com Kahhale (2011), o profissional em questão foi procurado para ter sua capacidade profissional e de discernimento avaliada. O que o Conselho pôde averiguar foi que o psicólogo tinha competência e experiência em psicologia, mas apresentava muitos atravessamentos religiosos em relação à sua prática. Foi através deste caso que o Conselho Federal de Psicologia começou a pensar sobre a inexistência de uma regulamentação ou qualquer orientação que julgasse como inadequada a crença do psicólogo de que a homossexualidade é uma doença, tornando inviável qualquer medida disciplinar por parte do próprio CFP (Kahhale, 2011).

Kahhale (2011) explica que após esse episódio, o Conselho Federal de Psicologia considerou necessário o posicionamento e reflexão sobre as questões de sexualidade e gênero, criando-se então um grupo que trabalhou para discutir e fundamentar a homossexualidade, como uma forma de expressão da sexualidade humana, que constitui o sujeito e que, portanto, não deveria ser considerada doença. Para a formação desse grupo, foram utilizados três critérios fundamentais pelo CFP: entre os integrantes do grupo deveria haver um profissional que trabalhasse e pesquisasse na área de diversidade de orientação sexual; um profissional que

atendesse em terapia e refletisse sobre sexualidade; e um profissional que trabalhasse com jovens e orientação sexual, possibilitando a discussão de escolhas, constituição da sexualidade e a opção de exercê-las (Kahhale, 2011).

Os encontros reflexivos do grupo resultaram nos considerandos da Resolução do CFP 001/99, de 22 de março de 1999 (Kahhale, 2011). Os frutos desse encontro levaram os psicólogos a crer que, independentemente da linha teórica da psicologia, as questões da sexualidade são fundamentais na concepção da subjetividade do homem, ajudando-o a se organizar. Sendo assim, é fundamental que elas sejam pensadas, independentemente da linha teórica. Também foi apontada, como ponto de discussão, a forma como cada um vive a sua sexualidade, sendo considerada parte do sujeito e de sua identidade (Kahhale, 2011).

Kahhale (2011) fala que outro ponto de discussão do grupo de psicólogos foi a forma como o sujeito estava sendo segmentado para poder ser compreendido, porém, apesar da diversidade teórica que existe, é necessário enxergar o indivíduo na sua totalidade e considerar a integração de suas dimensões e possibilidades, levando em consideração a sexualidade, como parte da sua identidade.

Outro ponto crucial foi a verificação feita por esse grupo (designado pelo CFP) do código de doenças dentro da psiquiatria, que poderia enquadrar a homossexualidade como doença – nesse caso, a verificação do DSM IV ou CID 10 (Kahhale, 2011). Era necessário deixar claro, portanto, que o relacionamento homo não constitui um quadro patológico, nem de doença, distúrbio ou perversão. Podemos considerar então que não é missão do psicólogo curar o que não precisa ser curado.

Diante das questões levantadas anteriormente, entendemos que falar sobre a sexualidade e o gênero provocam inquietações na sociedade e quando essas questões estão voltadas para as práticas desviantes da normatividade sociocultural, essa inquietação torna-se mais forte e evidente (Kahhale, 2011). Neste ponto, Kahhale (2011) diz que era necessário que o Conselho Federal de Psicologia começasse a trabalhar em cima das inquietações da sociedade, para poder discutir formas de esclarecimento e atendimentos cabíveis ao profissional de psicologia, para poder lidar com situações acerca do tema. A psicologia pode e deve contribuir com o seu conhecimento para auxiliar na melhor compreensão das pessoas diante das questões da sexualidade, ajudando a superar preconceitos e discriminações.

Após o grupo de psicólogos do CFP verificar que não existia nenhuma pesquisa qualificada que provasse que a homossexualidade seria um distúrbio, o próprio CFP estabeleceu que é dever dos profissionais de psicologia atuarem eticamente e promover o bem-estar das

peçoas e da humanidade, garantindo a não discriminação; também é dever do psicólogo contribuir com a reflexão sobre o preconceito, a não discriminação e estigmatização contra peçoas que sejam homossexuais (Kahhale, 2011). Ainda no código de ética do profissional de psicologia, os Arts. 3º e 4º estabelecem que o profissional psicólogo não pode ter nenhuma ação que incentive a patologização da homossexualidade, nem tentar coagir pacientes a fazer tratamento para reversão de orientação; também não irão participar de nenhum evento que promova ao grande público (sociedade) a ideia da homossexualidade como doença (Kahhale, 2011).

A Resolução CFP nº 001/1999 completou, em 2019, 20 anos. Nela, a sexualidade e a identidade de gênero foi bastante celebrada, sendo lembrados fatos mundiais, como o marco histórico da Stonewall em Nova York e os movimentos nacionais, como o Programa Brasil Sem Homofobia, que foi lançado em 2004, a partir de uma série de discussões entre o Governo Federal e a sociedade civil (Organizações não governamentais, entre outras, com o objetivo de promover a cidadania e os direitos à população LBTQIA+, igualar os direitos e o combate à violência e discriminação (CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação, 2004)).

Apesar da grande vitória que o CFP conquistou com a Resolução de 99, o caminho que a comunidade LBTQIA+ trilha até hoje é cheio de lutas, reivindicações, conquistas e perdas. Assuntos como transexualidade e travestilidade ganharam mais destaque social e dentro da própria comunidade LGBT. Isto não significa que essa visibilidade seja totalmente positiva, pois, mesmo ganhando muitos discursos positivos e que defendem o modo de ser e viver a sexualidade e o gênero de cada um, muitos ataques a esse público foram se tornando mais evidentes nos discursos dos cidadãos mais conservadores (Macedo, 2018).

Podemos lembrar alguns fatos que ocorreram durante o percorrer deste caminho os quais se passaram desde a Resolução CFP nº 001/99, por exemplo: desde a promulgação deste documento, o Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos se posiciona contra ou a favor desta Resolução do CFP; em 2001, a deputada federal Iara Bernardi apresenta o Projeto de Lei 5003/2001, que determina sanções às práticas discriminatórias, em razão da orientação sexual das peçoas; em 2003, o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, que tem como princípio produzir, organizar e difundir conhecimentos sobre sexualidade na perspectiva dos direitos humanos, promove o “Seminário Religião e Sexualidade: convicções e responsabilidades;” ainda em 2003, o então deputado pastor Edino Fonseca (PSC) apresenta à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) o projeto de lei 717/2003, que propunha “criar um programa de auxílio para peçoas que querem deixar a homossexualidade”

– Rozangela Justino foi uma das principais articuladoras desse projeto; também, em 2003, é criada a primeira igreja inclusiva do país, a Igreja da Comunidade Metropolitana (Macedo, 2018).

Em 2004, foi implantado pelo Governo federal, em esfera nacional, o Programa Brasil sem Homofobia. Projeto de combate à violência e à discriminação contra LGBTQ+ e de promoção da cidadania homossexual (Macedo, 2018).

Em 2005, foi publicada, pelo CFP, a nova versão do Código de Ética Profissional do Psicólogo. Neste documento, o CFP vedava ao psicólogo condutas de induzir convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais. No entanto, no mesmo ano, foi fundada a Associação Brasileira de Apoio aos que voluntariamente desejam deixar a Homossexualidade (Macedo, 2018).

Em 2006, foi apresentado o polêmico Projeto de Lei 122/2006, pela deputada federal Iara Bernardi (PT-SP), que propõe a criminalização da homofobia. O projeto foi arquivado após passar oito anos no Senado sem obter aprovação (Macedo, 2018).

Em 2009, Rozangela Justino aparece no cenário brasileiro como a primeira psicóloga advertida por atuar em desacordo com o estabelecido pela Resolução CFP 01/1999. Dois anos depois, a psicóloga autodenominada “psicóloga cristã”, Marisa Lobo, é cassada pelo Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP-PR), por sua exposição via internet, em que afirmava atuar como “psicóloga cristã” e que, nesta condição, prestava atendimentos psicológicos a homossexuais que quisessem assumir a sua heterossexualidade (Macedo, 2018).

Em 2011, os juízes do Supremo Tribunal Federal (STF) reconhecem a união estável para casais do mesmo sexo, enquanto o deputado federal Jair Bolsonaro (PP – RJ e atual presidente do Brasil – 2020) distribui panfletos em escolas do Rio de Janeiro, alegando que o MEC e grupos LGBT "incentivavam o homossexualismo" e tornavam os filhos da tradicional família brasileira em presas fáceis para pedófilos. Este manifesto do deputado foi uma reação ao Projeto Escola sem Homofobia, que foi no mesmo ano suspenso pela presidente Dilma Rousseff. Também, em 2011, o deputado federal João Campos (PSDB-GO) (re)apresenta o PDC 1640/2009, que visa sustar os parágrafos 3º e 4º da Resolução CFP 01/1999 – estes parágrafos apontam que: “Art. 3º – Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados” e “Art. 4º – Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar

os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica.” (CFP, 1999). Este projeto passa a tramitar na forma de PDC 234/2011 (Macedo, 2018)

Em 2013, entra em vigência a Resolução 175/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), obrigando os cartórios a realizarem casamento entre casais do mesmo sexo; o PDC 234/2011 é arquivado (Macedo, 2018).

Em 2016, o deputado pastor Eurico (PEN – PEN) apresenta, à Câmara, o Projeto de Decreto Legislativo nº 539, que visa sustar a Resolução 01/1999. No ano seguinte, em 2017, ocorre uma série de fatos a favor e contra a comunidade LGBTQIA+: O plenário do STF determina que a união estável e o casamento possuem o mesmo valor jurídico em termos sucessórios, tendo o companheiro os mesmos direitos a heranças que o cônjuge, porém em setembro do mesmo ano, a Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal acata parcialmente o pedido liminar numa ação popular, encabeçada por Rozangela Justino e outros 22 psicólogos evangélicos, autodenominados de “Movimento Psicólogos em Ação”, contra a Resolução CFP 01/1999. Neste momento, é assinado um manifesto pelo CFP, por dirigentes da autarquia e representantes do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Federal de Farmácia (CFF), Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso), Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03), Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (Abrapsee) e Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi) em defesa da Resolução CFP 01/1999 (Macedo, 2018)

Ainda, em 2017, a Defensoria Pública da União, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Coletivo Brasil de Comunicação Social, a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Comissão Nacional dos Direitos Humanos também se manifestam publicamente em defesa da Resolução CFP 01/1999 (Macedo, 2018).

Em 2018, acontece um grande marco para a comunidade LGBTQIA+: é lançada a Resolução CFP 01/2018, que “estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis.” Em abril do mesmo ano, o Ministério Público Federal de Goiás (MPF-GO) ajuíza a primeira Ação Civil Pública (ACP) contra a Resolução CFP 01/2018, porém, em maio, é extinto o processo sem julgamento de mérito pelo juiz federal Juliano Taveira Bernardes, da 4ª Vara Cível da Seção Judiciária de Goiás. No entanto, no mesmo mês, o Ministério Público Federal, em Goiás, entra com nova Ação Civil Pública contrária à Resolução 01/2018 do CFP. Por sua vez, o Conselho Federal de Psicologia explica

que considerar as terapias de conversão, reversão, readequação ou reorientação de identidade de gênero das pessoas transexuais e travestis constitui ato discriminatório que viola a plena afirmação e reconhecimento da dignidade da pessoa transexual, no momento em que condena a livre expressão da sua sexualidade, colocando-a como uma patologia que pode ou deve ser curada (Macedo, 2018; CFP, 2018).

No ano de 2019, em pleno mês do orgulho mundial LGBTQIA+, o Supremo Tribunal Federal (STF) determina que a discriminação, por orientação sexual e identidade de gênero, passe a ser considerada um crime igual ao do racismo. Os ministros determinaram que a conduta passe a ser punida pela Lei de Racismo (7716/89), que hoje prevê crimes de discriminação ou preconceito por raça, cor, etnia, religião e procedência nacional (Barifouse, 2019; Oliveira, 2019).

Todos esses fatos que ocorreram durante o período da Resolução CFP 001/99 até os dias atuais ressaltam a importância de o psicólogo estar preparado e presente para se inclinar para as questões que emergem da sociedade, pois este tema está em pauta constantemente e é dever e obrigação do profissional psicólogo apoiar e auxiliar a cidadania da população LGBTQIA+.

As questões relacionadas à sexualidade e identidade de gênero ainda têm um longo caminho a ser percorrido, tendo avanços e recuos na legislação em relação à sexualidade, por exemplo. Apesar de avanços na sociedade, ela não é hegemônica, ou seja, possui vários movimentos contrários e em ritmos diferentes (Kahhale, 2011).

Quando falamos sobre sexualidade e identidade de gênero, é comum que o assunto seja rapidamente associado às questões LGBTQIA+, porém é necessário um ponto de observação diante dessa questão: a sexualidade e identidade de gênero não está limitada à causa LGBTQIA+, estendendo-se por todas as camadas e possibilidades do ser humano, o que nos leva por um caminho inesgotável de discussão e de possibilidades. Quando falamos em sexualidade, podemos estar falando sobre homem, mulher, não binário, criança, adolescente, idoso, LGBTQIA+. Mas o que os cursos de psicologia têm compreendido acerca de sexualidade? O que tem sido discutido em sala de aula com os alunos e futuros profissionais?

3.6 A prática no estágio curricular do aluno de psicologia

Com base no conteúdo desenvolvido na pesquisa e na elaboração desta dissertação, nosso objetivo geral foi compreender os discursos acerca da sexualidade e identidades de gênero que atravessam os enunciados de alunos de psicologia que estão realizando a prática

profissional no estágio curricular e como questões norteadoras, as indagações: será que haveria demandas relacionadas às questões de sexualidade e de gênero na clínica-escola direcionadas às/aos alunas/alunos, estagiárias/estagiários e quais seriam essas demandas? Quais possíveis ressonâncias sobre elas/eles ao se depararem com essas demandas e no acolhimento a elas? Como as/os alunas/os, estagiários/as avaliam o estágio curricular em psicologia clínica quanto à atenção dispensada às questões de sexualidade/gênero? Consideramos clínica-escola o que os projetos pedagógicos descrevem sobre ela, tendo como pontos base os princípios fundamentais do psicólogo, como trabalhar no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, tendo como referência os valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos (CFP, 2005).

Segundo Santos e Nóbrega (2017), o estágio é uma parte integrante e essencial da formação profissional. Além de compor a grade curricular, é um dos momentos mais esperados pelos estudantes. Consiste em uma atividade obrigatória que compõe o currículo do curso de graduação em psicologia e propõe ao estudante um contato inicial com o exercício da profissão.

De acordo com a fala de Melo-Silva, Santos e Simon (2005), os alunos que chegam até o estágio curricular o encaram como um “ritual de passagem”, como se esse momento proporcionasse a transição de lugar de estudante para o de profissional, é como se estivessem adquirindo uma independência sobre sua postura e posicionamento e construindo o seu próprio jeito de ser psicólogo.

A prática psicológica permite ao aluno notar a diversidade de atuação, conhecimentos e visões teóricas. Quando chegam ao último ano, os alunos já estão com interesses direcionados para as práticas com que têm mais afinidade. A compreensão que adotamos nessa pesquisa com relação à “prática” é a *práxis*, do grego *prassein* – passar através (Barreto; Leite; Santana, 2016).

A concepção de prática psicológica não é única para todas as linhas teóricas, pelo contrário, a diversidade de definições para a prática psicológica é grande, exigindo do profissional (estagiário) uma reflexão sobre as teorias, técnicas e modalidades de prática que ele poderá empregar (Barreto; Leite; Santana, 2016). No sentido que aqui adotamos de prática clínica, consideramos que o aluno também terá que reconhecer que o pensamento psicológico não é um fator determinante do sujeito. A sua prática estará atravessada por suas crenças e experiências pessoais, bem como pela sua forma de se relacionar com o mundo.

Para entender melhor o contexto do estágio, precisamos nos voltar para as exigências do Parecer 403/62 de 19 de dezembro de 1962, que fazia parte do currículo mínimo que

orientava a formação do psicólogo naquela época. A prática supervisionada acontecia no último período da graduação, e era considerada como a oportunidade de o aluno aplicar o conhecimento obtido durante o curso (Barreto; Leite; Santana, 2016). Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) determinou que os currículos fossem reformulados e dessem prioridade ao desenvolvimento de habilidades e competências profissionais. A necessidade de as instituições ajustarem os seus currículos à LDB contribuiu para que o psicólogo se consolidasse na comunidade (Barreto; Leite; Santana, 2016).

Pensando no caminho percorrido pela prática psicológica, enquanto estágio curricular, podemos refletir sobre as várias questões que atravessaram o seu desenvolvimento e como essa prática sempre teve que ser pensada e repensada para atender, da forma mais eficiente, às demandas da sociedade. É inegável que os fatos que ocorreram desde 1996, até os dias atuais, atravessam a forma como o psicólogo se posiciona diante das demandas que chegam até ele. Dentre as demandas a serem alcançadas, questionamos como as de sexualidade e/ou de identidade de gênero têm sido recebidas pela geração de psicólogos do século XXI.

4. Método

Esta pesquisa é um desdobramento do Projeto Guarda-Chuva desenvolvido pela professora Maria Cristina Amazonas, que se intitula “Formação em Psicologia e Diversidade Sexual e de Gênero.” Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa.

De acordo com Uwe Flick (2009), a pesquisa qualitativa é composta pela escolha de um método e um enfoque teórico que irão guiar a pesquisa durante todo o seu processo. Ou seja, pesquisa qualitativa não se refere apenas às técnicas e habilidades empregadas ao método, mas também inclui uma atitude associada primeiramente ao tema abordado, ao processo de orientação e à forma como o pesquisador irá alcançar os seus objetivos.

Nesta pesquisa, as possibilidades metodológicas e epistemológicas foram aplicadas ao contexto do estudo da sexualidade e da identidade de gênero na formação dos alunos de psicologia, tendo a teoria foucaultiana, como base para traçar o caminho.

Foucault não delimita um método no sentido formal de etapas a serem rigorosamente seguidas e que se aplicaria do mesmo modo para qualquer momento da investigação ou domínio diferente. Em meio à pesquisa, Foucault utilizava instrumentos e ferramentas, criados por ele, que o possibilitassem isolar os objetos, mas sem se preocupar em seguir com o rigor científico metafísico um caminho que limitasse suas possibilidades de análise. Ou seja, o ato de pesquisar produz objetos de pesquisa, a partir de um método que não é preestabelecido e esse modo de pesquisa é um processo de subjetivação, onde o pesquisador e o objeto se constituem em um processo de construção do saber (Ferreira Neto, 2008).

Compreendemos que para Foucault nada tem um fim conclusivo, um núcleo imutável, no sentido de que nada está consolidado ou deve ser considerado imutável. Além de existir a possibilidade de tudo ser interpretado por formas diferentes, dependendo da lente teórica, do momento histórico, do contexto sociodemográfico e socioeconômico. Veiga-Neto (2009) aponta inclusive que, dependendo do que se entenda por método, haverá ou não sentido para o uso da expressão “método foucaultiano”. Veiga-Neto (2009) ainda sugere que quando estamos nos referindo às ideias desenvolvidas por Foucault, faz mais sentido falar em uma teorização, dando mais ênfase na ação processual e contínua e sempre inconclusiva do ato reflexivo.

Diferentemente das ideias iluministas, em que as ideias que sustentavam as ciências modernas tinham por características procedimentos sistemáticos, controlados e possíveis de serem aplicadas universalmente, norteando os pesquisadores, Foucault se afastou dessas tradições de buscar uma verdade universal (Veiga-Neto, 2009).

De acordo com Veiga-Neto (2009), Foucault se afasta do tradicional pensamento científico que propunha um método que contemplasse a verdade absoluta; discorda de teóricos, como Descartes e Hume, que sugeriram o método como um caminho seguro. Foucault diz que nenhum caminho é seguro ou previsível, seja no seu ponto de saída ou em seu percurso.

Ao falar na utilização de um método de inspiração foucaultiana, a intenção é deixar claro que a pesquisa não caminha por leis rígidas e princípios racionais conclusivos e únicos. É tomar como uma possibilidade de caminho teórico, na tentativa de compreender o objeto de pesquisa, de questionar, de reconhecer e conhecer aquilo que está sendo estudado.

A análise dos enunciados, que foram produzidos através das entrevistas, foi realizada à luz da perspectiva foucaultiana, ou seja, descrever as condições de existência dos discursos utilizados pelos alunos entrevistados, levando em consideração o momento do acolhimento de cada discurso, as relações em que estava imerso e toda a singularidade dos momentos únicos de cada discurso (Fischer, 2001). Também significa que a linguagem e o discurso foram considerados como um lugar de luta permanente e seus enunciados nem sempre são evidentes, sendo necessário estarmos atentos para as práticas discursivas, sendo necessário assumir uma postura atenta diante dos aspectos a serem investigados, pois nem sempre o conteúdo dos discursos que estão sendo analisados se apresenta de forma clara e evidente (Alvez; Pizzi, 2014). Também é relevante ressaltar que o discurso aqui está sendo compreendido como algo que ultrapassa a linguagem e que não tem o objetivo exclusivo de comunicar um determinado assunto ou pensamento.

Segundo Veiga-Neto (2007), o sujeito apresenta formas de subjetivação, pois ele se configura a partir das suas relações sócio-históricas e pelos atravessamentos dos mecanismos de controle do poder. Não significa, porém, que o sujeito é uma produção direta do meio, mas ele surge dessas relações complexas das relações sociais. Seria um sujeito sem princípio, meio ou fim.

4.1 Contexto da pesquisa

A produção dos dados foi realizada em três instituições particulares da Região Metropolitana do Recife. A princípio, não foram delimitadas as universidades/faculdades que iriam participar da pesquisa. Procuramos chegar aos alunos através da clínica-escola de uma das instituições, da indicação de colegas pesquisadores e da nossa rede de contatos.

Não pensei que seria tão difícil. Apesar dos relatos e avisos constantes dos colegas do programa de mestrado e doutorado, acreditei que teria facilidade para encontrar a minha

população de pesquisa, uma vez que eu mesma estava inserida em uma universidade como aluna de mestrado e tinha saído há pouco tempo da graduação. Tinha muitos contatos de alunos/as, principalmente dos que estavam estagiando na clínica.

Um dos critérios de escolha da amostra foi que os alunos estivessem no estágio obrigatório do curso de psicologia, e justamente por procurá-los nas clínicas-escolas, era inevitável que a maior parte da minha amostra pertencesse a esse meio. A exceção foi uma aluna de psicologia que estava estagiando na área de Psicologia Organizacional, mas esta foi indicação de um colega de turma, que por este motivo, diferenciou-se do restante da amostra. Como o nosso critério de inclusão eram alunas/os estagiários do curso de Psicologia, não fazia diferença o fato de estagiar na clínica ou não, mas sim, estar realizando o estágio obrigatório do curso.

Com a amostra já delimitada, parti para o campo com uma expectativa bem elevada para encontrar alunos de prontidão para participar da pesquisa. Chegando ao ambiente da clínica-escola, em uma das universidades pesquisadas, pedi autorização da secretaria para entrar na sala de supervisão dos estagiários afim de convidá-los a participar da pesquisa. Confiante, entro na primeira sala, apresento-me, apresento o meu tema e logo em seguida faço o convite para participação na pesquisa. Tamanho foi meu espanto com aquele silêncio constrangedor na sala. Aquele silêncio não me era estranho, tendo em vista que muitas vezes fui uma expectadora desse cenário: uma pesquisador, na frente de um grupo, explicando o seu tema da forma mais cativante e convincente possível, sobre o olhar atento de alguns dos presentes, a luzinha das mensagens no celular que chegam de outros e o olhar distante de alguns que nem mesmo estão ali, naquela sala.

Naquele momento, compreendi os relatos dos colegas pesquisadores. Meus colegas mais experientes, muitos acostumados com a docência, já sabiam o que significava fazer pesquisa com estudantes. Ainda mais, estudantes que estavam no último ano do curso, uma vez que os estágios obrigatórios são realizados pelas universidades no último ano de curso. Final do curso de graduação não costuma ser o ano mais calmo para os estudantes. Após ponderar por alguns minutos, depois daquele silêncio inquietante e da clássica frase: “vou ver e te aviso.”, repentinamente me vi em uma situação fatídica: estava sem tempo! Primeiro grande problema: é preciso entrar em campo o mais cedo possível. Foi exatamente o oposto do que fiz.

A partir dessa primeira tentativa de obter participantes para minha pesquisa, prossegui imediatamente para a sala seguinte de estagiários da mesma universidade. Estavam em supervisão. Mas eu não tinha tempo para esperar que a supervisão terminasse. Bati à porta da

sala, interrompendo a aula da professora – que, por sorte, já me conhecia de outros momentos –, e iniciei novamente a explicação da pesquisa, desta vez aos alunos e à professora. Aqui me deparei com o segundo problema em campo: um título de pesquisa muito grande, dificilmente se torna atraente. Quando estava na metade do título do projeto, os alunos já estavam com a cara de quem já haviam esquecido o início do título. Confusas, embaralhadas; as palavras que escolhi estavam contra mim. Mais uma vez estava na mesma situação: “vou ver e te aviso.”

Comecei então a conversar, através de mensagens de celular, com alguns colegas do curso de mestrado, no qual eu estava matriculada, para saber quem conhecia alunas/os de graduação dos dois últimos períodos e que estavam fazendo o estágio curricular obrigatório, que poderiam se interessar em conceder uma entrevista. Passando-se alguns dias, para minha alegria, duas pessoas da primeira universidade entraram em contato, por mensagem de *WhatsApp*, e se disponibilizaram para entrevista. Marquei horário individual para cada uma, na própria universidade em que estudavam, respeitando a disponibilidade de tempo que dispunham. Expliquei o tema, pedi a autorização para gravar a conversa, falei sobre o termo de consentimento livre e esclarecido.

As duas primeiras entrevistas foram assim realizadas. Parecia que as coisas começariam a dar certo, se não fosse o fato da terceira pessoa só aparecer vários dias após as duas primeiras entrevistas. Esta terceira entrevista foi realizada à noite, em um local mais distante dos que eu costumava circular. Mas era uma entrevista preciosa e foi indicação de uma amiga, não poderia dispensá-la. O ponto de encontro foi na própria universidade do participante, não havia razões para ter maiores preocupações. Com os devidos resguardos, fui ao encontro do terceiro estagiário participante.

Depois de passarmos quase uma hora procurando um bom local para poder realizar a entrevista, conseguimos conversar. Assim como as outras, essa entrevista foi marcada por mensagem de *WhatsApp*, mas dessa vez eu mesma é que fiz esse contato com o estagiário. Minha amiga já havia conversado previamente com ele sobre o assunto, mas claro que a iniciativa tinha que partir de mim.

Após três entrevistas realizadas e sem tempo nenhum para dar conta do trabalho, mais uma constatação: a transcrição é um trabalho perfeito para compreender a relatividade do tempo. Não tive escolha, foi preciso pedir a dilatação de prazo do mestrado.

Superado esse momento de pedido de dilatação, eis que recebo a melhor das notícias durante esta fase de coleta de dados da pesquisa. Eram 3 indicações de pessoas que estavam dispostas a conversar sobre o tema e demonstrando disponibilidade para conceder uma

entrevista. Você que faz pesquisa, ou que já fez, sabe que não é exagero quando achamos três possíveis participantes para a nossa pesquisa, é uma coisa maravilhosa.

Essas novas entrevistas foram indicação de outro colega do programa de mestrado que trabalhava como professor em um curso de psicologia. Ele me passou o contato das pessoas para que eu pudesse marcar as entrevistas e, assim o fiz. Mais uma vez, através do aplicativo de celular de *WhatsApp*, conversei com as estagiárias perguntando do interesse e disponibilidade. Consegui marcar duas entrevistas para o mesmo dia, na mesma universidade, sendo uma no horário da manhã e outra no horário da tarde. As duas participações foram excelentes, apesar de terem sido realizadas com um espaço de tempo maior em relação às três primeiras entrevistas.

Mais um aprendizado para essa pesquisadora: deixar o tempo de realização entre entrevistas pode prejudicar o ritmo que você tinha adquirido como entrevistador. Manter o ritmo das entrevistas também é essencial para a fluidez das ideias. Por outro lado, as leituras das primeiras entrevistas nos fazem perceber as falhas que cometemos e como é possível evitá-las.

Foi justamente uma dessas três últimas entrevistas que a participante fazia seu estágio em Psicologia Organizacional e não na clínica-escola, como todas as outras. Porém, essa entrevista também foi realizada nas imediações da universidade da estagiária, em horário previamente marcado através de *WhatsApp*.

Finalmente, a sétima e última entrevista, mas definitivamente não menos importante, também foi realizada na universidade da participante, que foi indicação de uma das participantes que já havia me concedido uma entrevista. Entrei em contato com ela através do *WhatsApp* para marcar o dia e o horário e, finalmente, tinha em mãos, as 7 gravações. Mas a essa altura eu já precisava ter não só os áudios, mas as transcrições e o início das análises das entrevistas.

Mal sabia que a parte mais desafiadora havia chegado: a análise de dados. O ponto que coloca em *check* a competência teórica e metodológica do pesquisador, a destreza que o autor possui em passear de mãos dadas com a teoria de um lado e a “prática” do outro. É onde o pesquisador vai mostrar o quanto foi bem sucedido nas suas entrevistas, o quanto conseguiu ouvir os seus entrevistados e o que esse material corresponde aos objetivos propostos e fala sobre o objeto da pesquisa. E não se engane, até mesmo o mais experiente dos pesquisadores precisa ter o cuidado e a humildade para realizar a pesquisa e fazer as análises. É impossível ser neutro em meio aos outros, pois os outros nos atravessam e nós atravessamos o outro.

4.2 Instrumentos de construção dos enunciados

É preciso considerar que o tema da sexualidade e identidade de gênero tem sido amplamente discutido nos últimos anos e que, na época em que as entrevistas estavam sendo realizadas, era um período em que aconteciam as campanhas eleitorais para a nova Presidência do Brasil. Neste momento, a discussão sobre sexualidade e gênero estava cada dia mais em evidência, com discursos a favor e contra a liberdade de viver a diversidade. O embate era acirrado e, deste modo, o instrumento que consideramos mais conveniente para ser utilizado foi a entrevista individual semidirigida, uma vez que este instrumento possibilita aos participantes falar livremente sobre o assunto, sem o constrangimento da presença de outros participantes, mas sem se desviarem da temática.

Fontanella, Campos e Turato (2006) dizem que a entrevista semidirigida é um tipo de “guia temático” que vai servir de roteiro para o encontro. Eles apontam que algumas “questões-tópicos” seriam o suficiente, porém a entrevista como um todo não está sobre o controle do entrevistador ou do entrevistado, muito menos as respostas estão preditas. As entrevistas semidirigidas são dinâmicas e a preocupação de como realizá-las está na tentativa de esquematizá-las.

Nesta pesquisa, foi utilizado um roteiro semiestruturado de perguntas que nortearam as entrevistas, incentivando a fala dos alunos-participantes, mas os deixando à vontade para que pudessem elaborar suas próprias construções argumentativas, de forma livre e sem tempo preestabelecido (Fischer, 2001).

As perguntas utilizadas como norteadoras durante a pesquisa foram: 1) Você tem recebido pessoas na clínica com demandas relacionadas a questões de sexualidade e/ou gênero? 2) Como as pessoas costumam trazer essa demanda para a clínica? 3) Como essa questão chega até você? O que ela desperta em você? 4) Como acha que seria para você atender essas demandas? (esta pergunta foi realizada para aqueles que afirmaram não possuir uma demanda de sexualidade e de gênero na prática do estágio clínico). 5) O que você entende por sexualidade e gênero? 6) Os conteúdos que você estudou durante a graduação contemplaram as questões de sexualidade e de gênero? 7) Você acha que a universidade deveria dispor de uma disciplina que trabalhasse as questões da sexualidade e de gênero? Por quê?

4.3 Participantes

Os participantes foram selecionados a partir da ideia de amostragem proposital, intencional ou deliberada, ou seja, que está preocupada com a representação de uma população total. O pesquisador pode deliberar quais são os sujeitos que irão compor de forma mais satisfatória o seu estudo e que, de acordo com suas características pessoais, vão trazer informações substanciais para o assunto que está em pauta (Turato, 2011).

Tendo em vista o tipo de amostragem que usamos como referência, definimos como critério de inclusão: alunas e alunos que estivessem no curso de psicologia e que estivessem cursando o estágio obrigatório curricular, fosse na clínica ou em qualquer outra área de atuação profissional. Todas/dos deveriam residir na Região Metropolitana do Grande Recife.

No final da pesquisa, tivemos sete entrevistas individuais: seis participantes estagiavam na clínica escola de suas instituições e um estagiava na área organizacional da instituição. Os dados sociodemográficos desses participantes também foram levados em consideração para a caracterização dos entrevistados.

Tabela 1 – Perfil dos entrevistados

Participante	Idade	Gênero	Estado Civil	Religião	Cor	Período cursado	Campo de ação	Abordagem
Participante 1	22	Feminino	Solteira	Católica	Parda	9º	Clínica	Fenomenologia
Participante 2	34	Feminino	Solteira	Cristã	Não se autodeclara de nenhuma cor	9º	Clínica	Fenomenologia
Participante 3	27	Masculino	Solteiro	Não possui religião definida	Branco	8º	Clínica	Psicanálise
Participante 4	41	Feminino	Casada	Cristão	Negra	10º	Psicologia Analítica	Analítica
Participante 5	23	Feminino	Solteira	Cristã/Fora da caixa	Preta	10º	Clínica	TCC

Participante 6	26	Feminino	Solteira	Não possui religião definida	Parda	10º	Organizacional	Psicanálise
Participante 7	49	Feminino	Casada	Espírita	Branca	10º	Psi. analítica na comunidade	Analítica

4.4 Procedimentos de produção dos enunciados

De acordo com Fischer (2001), para Foucault o enunciado é aquilo que fornece possibilidades para a formação de uma frase, uma proposição, um ato de fala. Em *A arqueologia do saber*, Foucault alerta que dentro de um ato de fala pode existir mais de um enunciado. Levando isso em consideração, o enunciado não teria uma forma fixa, mas seria uma função de existência que atravessa um domínio de estruturas (signos) inteiramente, ou seja, as frases, preposições e falas, por exemplo, são atravessadas pelos enunciados.

Como já foi dito, o enunciado atravessa atos de fala, e esse atravessamento possibilita que conteúdos concretos apareçam no tempo e no espaço. Uma mesma frase pronunciada em tempos históricos divergentes não terá o mesmo sentido, pois os enunciados que darão as condições de possibilidades para os conteúdos não serão os mesmos (Fischer, 2001).

O mais importante em um enunciado é a sua “função”, que se caracteriza por quatro elementos: a de um referente, ou seja, a referência a algo que identificamos; um sujeito que pode afirmar aquilo com efetividade, como alguém que pode validar aquele saber; o fato de um enunciado nunca existir isolado, podendo estar associado e correlacionado a outros enunciados ou de outro discurso; e a materialidade do enunciado, que aparece nos enunciados em textos pedagógicos, em falas de professoras, em diferentes situações do dia a dia, em diferentes épocas (Fischer, 2001).

O enunciado é dar conta dessas condições, é compreender como um acontecimento, como algo que age em um certo tempo e lugar. O que nos leva a entender que um enunciado não trará as mesmas condições de possibilidades para os atos de fala em dois períodos históricos diferentes. Algo que foi dito em 2000, por exemplo, não tinha as mesmas possibilidades que em 2019, em um dia e lugar específico (Fischer, 2001).

4.5 Procedimentos de análise dos enunciados

O que permite a organização de um conjunto emaranhado de enunciados é o fato de eles pertencerem a uma certa formação discursiva. A formação discursiva, por sua vez, é um complexo de relações que funcionam como regras que prescrevem o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, com a finalidade de se referir a tal ou qual objeto, para poder ser empregado determinado enunciado, para ser utilizada uma estratégia ou conceito. Estas formações discursivas estão ligadas a determinados campos de saber, por exemplo, quando falamos em discurso econômico, político, feminista, psiquiátrico, entende-se que cada um deles compreende um conjunto de enunciados que estão apoiados em um sistema de formação discursiva. Mas não significa que estas formações estão fechadas em si e não interagem com outras. A formação discursiva deve ser vista como a repetição dos enunciados, de acordo com aquele que “sabe” o que pode ser dito, dentro de determinado campo e de acordo com a posição que se ocupa nesse campo (Fischer, 2001).

Foucault fala de uma análise que não procura interpretações fáceis ou um sentido oculto das coisas. É preciso permanecer unicamente no nível de existência das palavras, das coisas ditas. Para isso, é necessário abandonar a ideia de que os discursos são apenas um conjunto de signos que se referem a determinado conteúdo, carregando tal ou qual significado oculto, distorcido, intencionalmente deturpado (Fischer, 2001).

Ao analisar o ato de fala de um sujeito, Foucault sugere que não estamos apenas diante da narração de somente um único sujeito, mas de um lugar de dispersão e continuidade, admitindo que o sujeito é falante e falado, pois é através dele que outros ditos se dizem. Fischer (2001) afirma que Foucault multiplica o sujeito no sentido de desdobrar a pergunta “quem fala?” em muitas outras: qual o campo de saber que está inserido? Qual sua posição hierárquica dentro do seu poder e para além do seu? Qual o seu lugar de instituição? Como também questiona o lugar de onde o sujeito fala, o lugar específico em uma instituição, a fonte do discurso de quem fala e sobre a sua posição de sujeito, ou seja, sobre suas ações concretas.

Um dos movimentos mais fundamentais para uma análise de enunciado é indagar a respeito de seus espaços colaterais, ou seja, um enunciado pode se inscrever no interior das modalidades enunciativas por diferentes meios de comunicação e que também são circulantes em meio a campos de saber, como o da psicologia, medicina, pedagogia. Um enunciado também deve ser analisado a partir da sua repercussão, do seu alcance, das possibilidades de aceitação

ou questionamento. Também é marcado por aquilo que lhe confere algum tipo de status, seja por meios científicos ou pela posição do sujeito que enuncia (Fischer, 2001)

Deve-se levar em consideração que o enunciado nunca é livre, neutro ou independente, mas sempre faz parte de um conjunto de enunciados, que desempenham um papel no meio de outros e neles se apoiam e deles se distinguem. Não existe um enunciado que não suponha outros ou que não coexista com um campo de enunciados em torno de si (Fischer, 2001).

Não significa que com essa forma de análise exista a pretensão de esgotar a discussão do tema, tampouco de explicar tudo de um sistema de pensamentos. Significa uma tentativa de deixar que apareçam contradições, diferenças, apagamentos, esquecimentos. Significa permitir que a heterogeneidade dos discursos apareça nos atos de fala das entrevistas, por exemplo (Fischer, 2001).

A temporalidade também é elemento importante para a análise foucaultiana dos enunciados, sendo entendida como para além das ideias que os discursos sempre são ditos num determinado tempo e num determinado lugar. É preciso analisar, através de documentos escolhidos, a formação social em questão, a trajetória dos conceitos envolvidos e também o próprio posicionamento de quem pesquisa. A análise arqueológica deve dar conta de como o discurso se introduz, quais são suas condições de emergência ou suas condições de produção. As instituições, os acontecimentos políticos, processos econômicos e culturais são os “domínios não discursivos” que os enunciados estão cercados. Estes domínios fazem parte das condições de emergência do discurso (Fischer, 2001).

5. Análise e Discussão dos Enunciados

Início a minha análise relatando a dificuldade tida em dar espaço para que os enunciados dos participantes da pesquisa se mostrassem por eles mesmos. Com isso, quero dizer que uma análise de enunciados em pesquisa exige uma escuta atenta e perspicaz para aquilo que os participantes trazem. A própria entrevista é quem conduz o pesquisador aos resultados, não o contrário. Ter em mente a ideia fixa de querer defender algo e provar a veracidade do que se pensa, como fato, certamente irá abafar as vozes dos participantes e reduzir a riqueza que as entrevistam trazem.

A análise foi realizada à luz dos pensamentos Foucaultianos, sendo possível descrever as condições de existência dos discursos utilizados pelos alunos entrevistados, levando em consideração o momento do acolhimento de cada discurso, as relações em que estava imerso e toda a singularidade dos momentos únicos de cada discurso (Fischer, 2001).

Fazer uma análise foucaultiana também significa que a linguagem e o discurso foram considerados como um lugar de luta permanente e seus enunciados nem sempre foram evidentes, sendo necessário estarmos atentos para as práticas discursivas, assumindo uma postura atenta diante dos aspectos a serem investigados, pois nem sempre o conteúdo dos discursos que estão sendo analisados se apresenta de forma clara e evidente (Alvez; Pizzi, 2014). É preciso ressaltar que o discurso aqui está sendo compreendido como algo que ultrapassa a linguagem e que não tem o objetivo exclusivo de comunicar um determinado assunto ou pensamento.

Também é relevante termos em mente que compreender a subjetividade é de extrema importância e que para Foucault, o poder não atua somente oprimindo ou dominando as subjetividades, mas sim, principalmente, participando dos seus processos de construção. Desse modo, a subjetividade é uma criação das relações de poder, onde ela não existe fora de um discurso. Podemos entender, então, que os processos de subjetivação estão relacionados diretamente com os discursos (Alvez; Pizzi, 2014).

Pensar os atravessamentos dos discursos nos enunciados das/os alunas/os estagiárias/os de psicologia, também é pensar nas suas condições de existência, problematizar e identificar os seus efeitos de verdade.

Nessa perspectiva, os enunciados das/os participantes foram trabalhados através de uma atitude metodológica que não tinha como pretensão encontrar nestes enunciados algo que já se tinha a intensão de ser encontrado previamente. As entrevistas não foram guiadas para que

comprovassem algo que já fosse suspeito, mas sim, foram conduzidas por um caminho fértil, que abrissem possibilidades para outras interpretações.

Foucault trata o enunciado como um dos temas centrais da sua análise do discurso, entendendo-o não apenas como manifestação do psicológico, de um pensamento interno de quem fala. Um enunciado pode ser compreendido por aquilo que transmite e se conserva, que tem um valor e que nós procuramos e nos apropriamos para então, repetir, reproduzir e transformar (Alvez; Pizzi, 2014).

Enunciado é uma forma de ato discursivo que separa o contexto local dos significados do cotidiano para construir um campo de sentidos que devem ser aceitos por quem fala, pela função de quem falou ou pela instituição que acolhe (Alvez; Pizzi, 2014).

Entende-se dessa forma que, como o sujeito é produzido discursivamente em determinado lugar e tempo, é necessário aos enunciados que a descrição desse lugar e tempo se tornem reais, tornando as práticas cotidianas que esclareçam os sujeitos, produzam as felicidades e dores, rejeições e acolhimentos, solidariedades e injustiças (Alvez; Pizzi, 2014).

A pesquisa buscou, através de entrevistas com as/os alunas/as estagiárias/os, os discursos que atravessam os enunciados dos estudantes em instituições de produção de subjetividades, que, no caso desta pesquisa, está estritamente relacionado com o ambiente das faculdades.

O correlato do enunciado é ao que Foucault se refere como o que tem que ser conhecido para poder ser dito, se existe ou não um referente. O enunciado sempre está ligado a alguma coisa – o correlato. O enunciado estaria ligado às leis de possibilidade e de regras de existência para os objetos que se encontram nomeados, designados ou descritos para as relações que acontecem naquele meio. O referencial forma o lugar, o campo de emergência, a característica de diferenciação dos objetos ou indivíduos, dos estados em que se apresentam e as possibilidades do surgimento e delimitação do que fornece à frase o sentido e o seu verdadeiro valor (Alvez; Pizzi, 2014).

O referencial fala sobre as condições de possibilidades que definem as regras da existência no enunciado. O que significa que a análise desses referenciais permite a visibilidade do que é colocado pelo próprio enunciado.

Então, para se analisar as entrevistas, é preciso que se tenha o mínimo de contexto de quem traz o enunciado e quais as circunstâncias em que essas entrevistas foram realizadas, levando-se em consideração os discursos que, não só atravessam a instituição no momento em que a entrevista foi realizada, como também os discursos que atravessam a sociedade naquele

momento. Conhecer os pontos que poderiam servir como referenciais dos enunciados, é fundamental para compreender com amplitude os enunciados.

O enunciado não precisa ter a primeira pessoa como sujeito, nem o sujeito precisa ser idêntico ao autor do enunciado. O sujeito será uma função que pode ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes. Um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir posturas diferentes também.

Não existe enunciado livre, neutro ou independente. Os enunciados têm suas regiões periféricas sempre rodeadas de outros enunciados. Estão sempre fazendo parte de uma série ou de um conjunto que desempenha uma função no meio de outros enunciados.

É preciso que se reconheça também a existência material nos enunciados. Por exemplo: não poderíamos falar de enunciado se uma voz não o tivesse em seu prenúncio, ou se uma superfície não registrasse seus signos, se não tivesse adquirido um “corpo” em um elemento ou se não tivesse deixado marcas em um espaço ou memória. O enunciado precisa ter uma substância, um suporte, lugar e data.

Foucault analisava as emergências dos enunciados como acontecimentos na superfície discursiva, sendo também uma tentativa de descrever as relações entre os enunciados que se aproximam da própria noção de acontecimentos.

5.1 Dispositivo da sexualidade e as suas ressonâncias sobre os enunciados das/dos alunas/alunos

De acordo com Edgardo Castro (2016), em *Vocabulário de Foucault*, falar de dispositivos nos remete a uma rede constituída por diversos elementos, tais como discursos, instituições, lei, regras, arquitetura, medidas administrativas, enunciados científicos, pensamentos filosóficos, morais, o dito e o não dito. O papel do dispositivo seria estabelecer vínculos entre esses elementos, assumindo uma posição estratégica, como, por exemplo, o controle-sujeição da loucura, da neurose, doenças mentais, que geravam dificuldades para a economia mercantilista. Esses dispositivos colocavam essas populações em lugar de controle conveniente para a economia.

De acordo com Stassun e Assmann (2010), o que existe na sociedade são formas de exercer o poder, que se apoiam em instrumentos do saber, que produzem efeitos de subjetivação e sujeição. Quando essas estratégias de exercer o poder são isoladas e observadas, além das relações de força que existem em diferentes tipos de saberes, podemos observar um dispositivo.

Cada efeito do dispositivo, positivo e negativo, desejado ou não, ressoa e/ou entra em contradição com outros, o que exige reajustes dessas estratégias, porém elas sempre entrarão em acordo ou serão estratégias reutilizadas em outro momento (Castro, 2016).

Para esta dissertação, compreende-se então, que:

O dispositivo [...] está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles (Foucault, 1979, como citado em Stassun; Assmann, 2010, p. 76).

A sexualidade está presente em muitas instâncias da nossa vida. Ela atravessa a nossa forma de estar no mundo, de nos relacionarmos com nós mesmos e com os outros. Sendo assim, é elemento de interesse do Poder para organizar estratégias de controle dos corpos, das forças, energias, sensações e prazeres. O dispositivo de sexualidade, de acordo com Castro (2016), é um dispositivo político que exerce poder diretamente sobre os corpos, isto é, sobre o que este tem de mais material e vivente, como o fisiológico, os prazeres, as sensações, etc. Para Foucault, a ideia do sexo vai para algo além dos corpos físicos, sensações ou prazeres e isto se dá através de estratégias de poder que constituem o dispositivo de sexualidade. Este dispositivo apresenta a função de agrupar em unidades elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações, prazeres; através de essa unidade fictícia separar o saber da sexualidade e as ciências biológicas, recebendo suporte de um saber biológico e fisiológico para dizer o que é sexualidade normal; o dispositivo de sexualidade tem também como função alcançar a própria inteligibilidade do ser.

Oliveira (2016) fala que em *A vontade de saber*, Foucault questiona o discurso que domina a vida nas práticas sexuais, ou seja, as questões sobre a natalidade, fecundidade, entre outras, não podiam ser deixadas de lado, mostrando que essa área é de interesse de governos e da saúde, justificando a necessidade de dispositivos que organizassem essas questões. Sendo assim, a escola, faculdade, a psiquiatria assume uma pedagogia sobre o sexo da criança e das pessoas que a possuem, as políticas cercam as questões de condutas reprodutivas, tornando os casais responsáveis pela procriação e por suas práticas sexuais.

De acordo com Foucault em *A vontade de saber* (1926/2017, pp. 19-20):

[...] em torno e a propósito do sexo há uma verdadeira explosão discursiva. É preciso ficar claro. Talvez tenha havido uma depuração – e bastante rigorosa – do vocabulário autorizado. Pode ser que se tenha codificado toda uma retórica de alusão e da metáfora.

Novas regras de decência, sem dúvida alguma, filtraram as palavras: política dos enunciados. Controle também das enunciações: definiu-se de maneira muito mais estrita onde e quando não era possível falar dele; em que situações, entre quais locutores, e em que relações sociais; estabeleceram-se, assim, regiões, senão de silêncio absoluto, pelo menos de tato, de discrição: entre pais e filhos, por exemplo, ou educadores e alunos, padrões e serviços. É quase certo de ter havido aí toda uma economia restritiva. Ela se integra nessa política da língua e da palavra – espontânea por um lado e deliberada por outro – que acompanhou as redistribuições sociais da época clássica.

Por mais que a fala sobre sexualidade hoje esteja em ebulição na sociedade, ainda assim essa fala está rodeada pelo controle do poder, através dos dispositivos. O discurso sobre a sexualidade continua sendo atravessado pelas questões de “aonde, quando e quem pode falar sobre isso.” Se analisarmos as falas dos participantes nos seguintes trechos:

“Quando estudávamos algo envolvendo sexualidade, sempre era vista como uma patologia. Sobre coisas ‘absurdas’ que as pessoas fazem. Nunca era natural, normal. Raramente, algum professor chegava para debater este tema em alguma disciplina eletiva. Acredito que na disciplina ‘Seminário’, considerada uma disciplina mais ‘aberta’, às vezes este tema era discutido, debatido. Eu acho que a faculdade não prepara para o que vem ser tratado aqui (clínica), só se for alguma coisa que realmente se encaixe dentro de uma patologia específica” (Participante 1).

Devemos levar em consideração que uma sexualidade considerada “saudável” não é vista da mesma forma por todos os sujeitos. O que é considerada uma prática sexual prazerosa para uma pessoa, pode ser considerada “estranha” ou inadequada para outra, tendo como princípio os atravessamentos sócio-históricos e culturais a que a pessoa foi “submetida” durante sua constituição como sujeito. Por exemplo:

Quando estamos no estágio supervisionado, existem casos que aparecem que têm essa sexualidade, quase que... indo para um outro lado meio esquisito. Tem um caso de uma paciente que diz que quando ela está com uma pessoa, quando ela está transando, e ela tem um orgasmo, a sensação é como se ela estivesse batendo muito em alguém, esmurrando a pessoa. E tudo que é ligado à sexualidade, com esta paciente, vai muito para esse lado violento, agressivo; ela sempre fala: “ah, não vou encontrar fulaninho, porque não tô procurando uma pessoa, tô procurando corpos”, como se as pessoas só existissem para satisfazê-la sexualmente, só corpo físico mesmo, sem alguma outra ligação. Ela se interessa por alguém, transa e é sempre assim, com violência física. Tanto dela bater quanto dela apanhar. Eu lembro desse caso na supervisão. Foi o caso mais forte que tive em relação à sexualidade. (Participante 1).

Esta participante expressa que a relação de sadomasoquismo, é de pouco ou nenhum envolvimento emocional. O relato a afeta de forma a considerar a prática “sdomaso” algo excêntrico ou perverso e que foi bem marcante em seu estágio na clínica. Considerado um tema tabu e de equívocos sociais, o sadomasoquismo é uma prova de que o prazer pode existir nos mais variados cenários, sendo, para muitas pessoas, uma prática natural do ser humano, fazendo parte do comportamento sexual que elas assumem.

Fiquei meio chocada nesse caso especificamente, porque na supervisão, quando a gente começou a discutir o relato desta paciente, todos esperavam que ela dissesse qualquer outra coisa, do tipo: “ah, quando eu tenho um orgasmo, eu sinto mil coisas”; e não a sensação de estar batendo em alguém, dando murros, porque, Jesus... E, foi estranho, ver como as coisas podem ser diferentes (ter diferentes significados) para as pessoas (Participante 1).

Nesta narrativa, aparece um elemento interessante, o nome de Jesus, levando a crer que a religião é um dos dispositivos que atravessam a formação da participante e ecoa em sua fala. Outro ponto importante a ser considerado é a idade da participante, que tinha 22 anos quando foi entrevistada. Isto pode indicar uma falta de maturidade (no sentido de inexperiência no assunto) para lidar com esses tipos de demandas.

Quando questionada sobre em quais disciplinas a sexualidade estava incluída, a participante continuou:

“Estudamos sexualidade na disciplina ‘psiquiatria básica’, em assuntos bem extremos, como necrofilia, zoofilia. Era sempre neste contexto que aprendíamos algo em relação à sexualidade. Raramente era tratada como algo normal, natural. Era corriqueiramente vista como algo extremo” (Participante 1).

Esse enunciado fala daquilo que Foucault chama a atenção sobre os efeitos dos dispositivos. O que, quem, como e onde se pode falar? Neste caso, onde e como é permitido falar sobre sexualidade. As questões que são trabalhadas em sala de aula, com relação à sexualidade, segundo a Participante 1, estão relacionadas à patologia, ao que é desviante da norma e como isso deve ser “combatido”. Isto, porém, ainda segundo a Participante 1, não vem contemplando as questões que aparecem na clínica, lugar onde surgem as reais demandas da sociedade em seu contexto histórico.

No entanto, ressalvo que a compreensão de “normalidade” que a aluna possui é singular, foi construída e atravessada por dispositivos que atuaram e atuam de forma variável em cada sujeito, dando sentidos diferentes para suas vivências e entendimentos.

Podemos observar que a Participante 2, que tem 34 anos, possui um discurso diferente, de cunho mais político do que a Participante 1. Esta diferença em seu discurso pode partir de vários atravessamentos: idade, religião, compreensão de mundo e de sujeito, vivências, etc. O ponto tangente entre as duas narrativas é o fato de as duas afirmarem que a sexualidade e o gênero não é um assunto que esteja inserido na programação curricular do curso de psicologia, mas que aparece como demanda dos próprios alunos durante as disciplinas cursadas.

A Participante 2 traz a seguinte narrativa:

“Não tivemos na graduação nenhuma disciplina que estudasse temas como sexualidade e gênero. Algumas disciplinas, que são mais gerais, por assim dizer, como ‘Seminário’ ou ‘Cultura e subjetividade’ acabam trazendo, como demandado pelos próprios alunos do curso, temas como: aborto, feminicídio, poliamor. Por que não discutir esses assuntos que acontecem no cotidiano? Acho que a única disciplina obrigatória que abordou um pouco desta temática foi uma de saúde, que já trazia na ementa os temas a serem discutidos. Questões envolvendo novas configurações familiares, com subtemas de famílias monoparentais, as famílias homoafetivas, questões sobre adoção por casais homoafetivos. A questão da sexualidade em si, pelo menos aqui na [instituição], foi um pouco deixada de lado. Fala-se daquela sexualidade freudiana, mas da vivência da sexualidade, dos entendimentos outros que se podem ter hoje sobre isso, não tanto ou muito pouco.” (Participante 2).

Esse enunciado robustece o que já foi dito anteriormente, além de reforçar a ideia de que as aulas da graduação podem não estar contemplando as demandas sociais relacionadas à sexualidade e gênero que aparecem na clínica, lugar onde as participantes 1 e 2 estagiam. Também podemos pensar essas narrativas como sendo de pessoas que fazem parte dessa sociedade, que são atravessadas por discursos heterogêneos a todo tempo, trazendo não apenas o olhar de alunas/os, mas de pessoas que fazem parte deste contexto social.

O Participante 3 descreve que não tem recebido clientes com questões relacionadas à sexualidade, mas afirma que, pela pouca experiência que tem na clínica, apenas ouviu os relatos dos outros estagiários que apresentavam demandas relacionadas à sexualidade e gênero.

Quando questionado como se sentiria recebendo uma demanda relacionada à sexualidade e identidade de gênero, o Participante 3 disse estar tranquilo com relação ao assunto. Ele afirma que:

O que eu entendo por diversidade sexual é que seja as diversas formas de vivenciar a sua sexualidade, o prazer que é sentido por nós. A homoafetividade, a bissexualidade, a heterossexualidade entre outras, são formas que acho que a diversidade sexual diz respeito; a esta diversidade de orientação sexual dos indivíduos. Eu entendo assim, correto? (Participante 3).

Já a Participante 4 afirma que a maior parte de sua demanda na clínica é sobre sexualidade e gênero e se mostra bastante à vontade diante do exposto na entrevista. De acordo com a participante: “Passei a lidar com pacientes em que, por coincidência, pelas demandas que surgiam para mim, parecia que estava escrito na testa: questões relacionadas à sexualidade e gênero” (Participante 4).

A Participante 5 mostra certa tranquilidade quanto ao tema abordado na entrevista, sexualidade e gênero, e cita que estas questões aparecem sempre como demanda na clínica e relata que não apenas o paciente traz este tema como demanda, mas também a família do envolvido traz demandas na clínica sobre o tema:

As mães de pacientes trazem muitas demandas sobre este tema, sexualidade e gênero. Hoje, por exemplo, eu dei aula a uma mãe que tinha as suas questões, os seus embates de diversidade sexual e de gênero com a filha, e era difícil para ela (a mãe) aceitar este assunto com naturalidade e, ainda por cima, havia uma demanda religiosa muito forte envolvendo isto tudo. Eu brinco muito no estágio dizendo que hoje o mundo está tão gay, que 99% das pessoas que nós (estagiários) atendemos na clínica são pessoas com demandas homoafetivas. Não é a demanda em si, pois elas tratam de assuntos que todos experenciam na vida. Como por exemplo, o primeiro relacionamento, a primeira experiência sexual, levar o namorado na casa dos seus pais para que eles conheçam... Mas por se tratarem de pacientes homossexuais, todos estes assuntos, que são simples para outras pessoas, tornam-se um problema muito grande na vida destes pacientes. (participante 5).

Neste mesmo enunciado, a Participante 5 diz compreender que as demandas da sexualidade atravessam a narrativa do paciente em outras áreas da sua vida. Neste quesito, vejo uma certa concordância, pois os dispositivos se atravessam e um não deixa de gerar ressonâncias sobre o outro, pois todos fazem parte de uma cadeia de sentidos.

A Participante 7 afirma que:

Luta-se contra algo que é muito maior dentro do indivíduo e ele não está conseguindo ser ele mesmo, conseguindo assumir uma postura diante de uma sociedade, diante de seu ciclo familiar, diante da religião escolhida para exercer a sua fé, diante de uma série de coisas que a vida impõe. Isto é sofrimento. Então temos (estagiários/psicólogos) que saber acolher. O primeiro passo é o acolhimento sem o

juízo. Acho que isto é o principal, é fundamental. É pensar que há várias possibilidades para se encarar a vida, encarar todos de outra forma, com outro olhar. (Participante 7).

Não apenas neste momento, mas diante de outras narrativas do Participante 7, mostra-se que a sexualidade atravessa o seu discurso de forma a considerar um tema amplo e diverso, mostrando-se receptivo às questões sobre o tema abordado.

Outro ponto que merece destaque nos entrevistados é sobre quem pode vivenciar a sua sexualidade e quem deve reprimi-la. Quando o participante 1 é questionado sobre a demanda da sexualidade de idosos na clínica, responde: *“Ainda não tivemos casos na clínica envolvendo a sexualidade de pessoas idosas”* (Participante 1).

Já o participante 3:

“Na graduação, temos na grade curricular a disciplina de ‘psicologia social’, onde são abordadas questões sobre gênero e as temáticas ‘LGBT’S’. E, de uma forma geral, a psicanálise que não foge da temática de sexualidade. Atualmente, temos uma disciplina chamada ‘Psicologia Clínica do Idoso’, em que abordamos temas sobre a sexualidade do idoso, considerado por muitos um tema tabu. Justamente por ser um tabu e poucas pessoas terem conhecimento, surge o (pré)conceito de que o idoso é assexual. A clínica aqui da faculdade tem essa preocupação de incluir a sexualidade do idoso. Essa preocupação é refletida no fato de que o idoso é uma demanda rara na clínica. São poucos idosos que fazem psicoterapia e, que buscam a clínica para tratamento. Acredito que estar preparado para lidar com esta demanda é muito importante, pois visto como um tabu, é algo que gera sofrimento a este idoso. Estar preparado é importante. Ainda não tive a oportunidade de atender a um idoso, mas acredito que, com essa preparação que a disciplina nos traz, vai ser bem mais tranquilo realizar o atendimento a este paciente. Acredito que desconstruir ideias antigas e construir outras cientificamente sobre este tema tá sendo muito importante” (Participante 3).

Quando questionada sobre a sexualidade de uma paciente na clínica com diagnóstico de esquizofrenia, o Participante 1:

“Era só uma menina, praticamente com a mesma idade minha, com questionamentos sobre vivenciar coisas novas: namorar, ter um relacionamento, sair, passear. Não é porque ela tem um diagnóstico de esquizofrenia ou de qualquer outra doença, que ela quer menos ou não isso ou aquilo; ou que ela pode ou não fazer qualquer coisa. Então eu a trataria de um modo natural, independente de ela ser esquizofrênica ou não, mas

com o cuidado de a deixar ciente em assuntos, como gravidez, doenças sexualmente transmissíveis, entre outras coisas”. (Participante 1).

Ainda podemos observar na narrativa do participante 1 como a ideia de “a quem é permitido o sexo?” está atravessada nas crenças familiares e como a família tem papel fundamental no controle daqueles que “não têm permissão para viver a sua sexualidade”:

“Teve um caso que é até bonitinho, porque é de uma paciente daqui (clínica) há bastante tempo. Este caso já passou por alguns estagiários e a paciente recebeu o diagnóstico de esquizofrenia. A paciente era sempre tratada com o maior cuidado e a sua mãe é extremamente protetora. A paciente é bem jovem, tem uns dezenove anos. E nunca havia namorado e nem nada do tipo. A paciente relatava: “mãe, eu quero namorar, eu quero namorar”, e a mãe dizia: “não, não, não!” Até que esse ano a paciente encontrou um rapaz e começou a namorar e relatou: “ah, eu quero transar com ele, eu quero transar com ele.” A mãe se desesperou. Como assim? Ela é esquizofrênica. Não pode transar? O que tem a ver uma coisa com a outra? (Participante 1).

A mãe em questão tem uma preocupação com a sexualidade da filha pelo fato de a jovem ter um diagnóstico de esquizofrenia. Como colocado anteriormente, a loucura é tida como algo que deve ser necessariamente controlado, pois diverge das condutas normativas. A mãe da jovem possivelmente acredita que a possibilidade de a filha ter relação sexual com um parceiro não é uma prática saudável, e possivelmente, esta crença está pautada em algo que nem a própria mãe tem consciência, mas sabe que isto foge do que é tido como “normal”.

Duas coisas são possíveis de observar neste enunciado: como a questão da loucura é tida como algo que impossibilita alguém de experienciar/vivenciar a sua sexualidade; e a forma como esta questão está atravessada na narrativa da estagiária. O esquizofrênico teria que ter os seus impulsos sexuais controlados devido à crença em uma série de atos perversos⁶ relacionados aos comportamentos sexuais desviantes. A sexualidade na loucura é tida como algo que deve ser necessariamente controlado, pois diverge das condutas normativas. No enunciado da estagiária, podemos observar como esse pensamento de controle da sexualidade da loucura ainda está presente, pois existe uma crença, por parte da mãe, de que a jovem em questão não poderia ter relações sexuais, por causa do seu estado mental. Ou seja, a tentativa de controlar o que pode ser considerado como uma anomalia sexual (Oliveira, 2016). O

⁶ O termo é também frequentemente utilizado com o sentido específico de perversão sexual, ou desvio sexual.

enunciado da estagiária decorre de sua identificação com a paciente, que tem praticamente a mesma idade que a sua e traz uma questão tão familiar às pessoas dessa idade.

Como se pode observar no relato do Participante 1, a família é um agente do controle, que impede que a sexualidade seja vivida por alguém que é considerado fora da “normalidade”. A família está dentro da modalidade do dispositivo da aliança que, por sua vez, estabelece uma ligação com o dispositivo da sexualidade. Este dispositivo está relacionado com o “[...] sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento dos parentescos, de transmissão dos nomes e dos bens (Foucault, 1926/2017, p. 115)”. De acordo com Foucault (1926/2017, p.115), porém:

Esse dispositivo de aliança, com os mecanismos de construção que o garantem, com o saber muitas vezes complexo que requer, perdeu importância à medida que os processos econômicos e as estruturas políticas passaram a não mais encontrar nele um instrumento adequado ou um suporte suficiente.

O dispositivo da sexualidade passou a se sobrepor ao da aliança na sociedade Ocidental, a partir do século XVIII. Apesar de os dois dispositivos se articularem com os parceiros sexuais, eles trabalham de forma diferente. Enquanto o dispositivo da aliança está estruturado em um sistema de regras que definem o proibido e o permitido, o da sexualidade está relacionado com as técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder. Enquanto a aliança está preocupada com os vínculos estabelecidos entre parceiros e com a relação econômica que pode desempenhar, controlando e desempenhando a transmissão ou circulação das riquezas, o dispositivo da sexualidade está preocupado com:

[...] sensações do corpo, a qualidade dos prazeres, a natureza das impressões, por tênues ou imperceptíveis que sejam [...] o dispositivo da sexualidade se liga à economia através de articulações numerosas e sutis, sendo o corpo a principal – corpo que produz e consome (Foucault, 1926/2017, p. 116).

Foucault (1926/2017, p.116) em resumo diz:

Numa palavra, o dispositivo de aliança está ordenado para uma homeostase do corpo social, a qual é sua função manter; daí seu vínculo privilegiado com o direito; daí, também, o fato de o momento decisivo, para ele, ser “reprodução”. O dispositivo de sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global.

O dispositivo da sexualidade não substitui o da aliança, mas se sobrepõe a este e é graças ao dispositivo da aliança que o da sexualidade pode se instalar (Oliveira, 2016). A importância de falar sobre o dispositivo da aliança quando falamos do dispositivo da sexualidade é por conta do ponto em que os dois se conciliam: a família.

A família permitiu que o dispositivo da sexualidade desenvolvesse o seu principal eixo de relações: marido-mulher e pais-filhos, que por sua vez contribuíram para o desenvolvimento dos principais elementos do dispositivo: o corpo feminino, a precocidade infantil, a regulação dos nascimentos e, em menor proporção, a especificação dos perversos (Foucault, 1926/2017).

A família não deve ser vista como um dispositivo que exclui a sexualidade ou que a diminua e só utilize as suas funções úteis para o controle. A função da família é fixar e garantir um suporte para a sexualidade, garantindo a produção dela e que os sistemas do dispositivo da aliança sejam atravessados por uma nova estratégia do poder. A família está no meio dos dois dispositivos, servindo como uma espécie de câmbio, em que passa para o dispositivo da sexualidade a noção de lei e dimensão do jurídico; e para o dispositivo da aliança, a economia do prazer e a intensidade das sensações.

Para Foucault (1926/2017, pp.120-121), a família é o principal agente do dispositivo da sexualidade, pois:

Os pais, os cônjuges, tornam-se, na família, os principais agentes de um dispositivo de sexualidade que no exterior se apoia nos médicos e pedagogos, mais tarde nos psiquiatras, e que, no interior, vem duplicar e logo “psicologizar” ou “psiquiatrizar” as relações da aliança. Aparecem, então, essas personagens novas: a mulher nervosa, a esposa frígida, a mãe indiferente ou assediada por obsessões homicidas, o marido impotente, sádico, perverso, a moça histérica ou neurastênica, a criança precoce e já esgotada, o jovem homossexual que recusa o casamento ou menospreza sua própria mulher. São as figuras mistas da aliança desviada e da sexualidade anormal: transferem a perturbação da sexualidade para a ordem primeira; dão oportunidade para que o sistema da aliança faça valer seus direitos na ordem da sexualidade. Nasce, então, uma demanda incessante, a partir da família: de que a ajudem a resolver tais interferências infelizes entre a sexualidade e a aliança; e, presa na cilada desse dispositivo de sexualidade que sobre ela investira de fora, que contribua para solidificá-la em sua forma moderna, lança aos médicos, aos pedagogos, aos psiquiatras, aos padres e também aos pastores, a todos os “especialistas” possíveis, o longo lamento de seu sofrimento sexual.

Entende-se que a família é a base para o dispositivo da sexualidade se estabelecer na sociedade e uma forma de controle do poder sobre as vidas e os corpos de uma sociedade. Com

isso, pode-se pensar que a família é o núcleo que forma o eixo das crenças de uma pessoa e essas crenças irão conduzir a forma como a pessoa se relaciona com o mundo e com as pessoas, levando em consideração que, ao se relacionar com o mundo externo ao núcleo familiar, o dispositivo da sexualidade não estará sendo atravessado apenas pela aliança, mas por todos os outros vértices da sociedade.

A família é o principal instrumento para a “denúncia” daquilo que é perturbador na ordem da sexualidade. Ela “é o cristal no dispositivo de sexualidade: parece difundir uma sexualidade que de fato reflete e difrata. Por sua penetrabilidade e sua repercussão voltada para o exterior, ela é um dos elementos táticos mais preciosos para esse dispositivo” (Foucault, 1926/2017, p. 121).

O participante 2 traz a seguinte narrativa:

“Alguns pacientes trazem esta demanda sobre questões de sexualidade e gênero na clínica como uma problematização de cunho pessoal ou de cunho de aceitação familiar mesmo. A maioria dos meus pacientes trazem questionamentos de cunho familiar; sobre o fato de a família não aceitar a orientação sexual que o parente (geralmente relação mãe-pai/filho) escolheu” (Participante 2).

O participante 7 nos traz o seguinte enunciado:

“Eu tenho um grande amigo que hoje temos a mesma idade. Quando ele fez a sua escolha, em relação à homossexualidade, dei bastante força para ele dar continuidade à vida. “Vai em frente!” Hoje, ele mora em São Paulo, tem uma vida bem tranquila em relação à sua sexualidade. Lembro que falava a ele, seu nome é Lucas: “Lucas, escute o seu coração” O Lucas também é psicólogo e ele foi atender a um paciente que também era homossexual e estava vivenciando uma crise, pois não aceitava sua sexualidade, o que era um contexto muito mais difícil para este paciente. E nós, Lucas e eu, pensávamos assim “quanto sofrimento para este paciente.” (Participante 7).

A família se encarrega de denunciar as práticas “anormais” da sexualidade e conter essas práticas sexuais que fogem à norma, não aceitando a forma como os descendentes vivem as práticas sexuais não normativas. Subverter as normas sexuais não é permitido pelo controle do poder e a família é o agente, como o governo é uma prisão, que monitora e contém os comportamentos divergentes.

Foucault divide em dois momentos os mecanismos de repressão da sexualidade: o século XVII e o XX. No primeiro, seguem as grandes proibições, a valorização da sexualidade

exclusiva dos adultos e com o matrimônio estabelecido, a negação do corpo enquanto objeto sexual, uma linguagem contida com pudores e contenção dos desejos; o segundo é marcado por menos pudores, um momento em que os mecanismos de repressão ficam mais frágeis, as relações sexuais passam a ser mais toleráveis, alguns tabus sobre a sexualidade e a sexualidade das crianças foram eliminados (Foucault, 1926/2017). O primeiro momento é marcado pelas técnicas de penitência do cristianismo medieval e o segundo é marcado pela relação do dispositivo da sexualidade no contexto burguês (Oliveira, 2016).

No primeiro momento, século XVII, foram criadas formas de “monitorar” a consciência dos indivíduos, sendo obrigatória a confissão das verdades de si. A pessoa na ocasião saberia as suas verdades, porém não tinha noção se o que fazia era pecado e era justamente esse o papel do religioso ajudar o confesso a desvendar o que está velado. Entre as condutas dos homens, estava o sexo, que logo foi vinculado ao pecado. O sexo não era apenas vigiado pela religião, também o era no âmbito pedagógico, médico e econômico. O corpo tornou-se um corpo social, que deveria ser vigiado por cada um de seus indivíduos (Foucault, 1926/2017).

E no final do século XVIII, nascia uma nova tecnologia do sexo, em que o controle não estava apenas no poder eclesiástico, mas transpassava pela pedagogia, a medicina e a economia. O sexo agora era uma questão de negócio do Estado. Em um primeiro momento, a sexualidade passou a se desenvolver a partir de três eixos: da pedagogia, que tinha por meta o controle da sexualidade infantil; o eixo da medicina, que tinha a sexualidade da mulher como objetivo; e o eixo demográfico, que tinha como objetivo o controle e regulamentação dos nascidos. Todos os três eixos são atravessados pela crença nos pecados, mostrando que a religião ainda é peça fundamental para esse dispositivo (Foucault, 1926/2017).

A pedagogia do cristianismo já problematizava a sexualidade das crianças; a medicina considerava que a histeria não estava isenta das relações com as antigas condutas pecaminosas; e a natalidade controlava as relações conjugais, que outrora era controlada pelas penitências cristãs (Foucault, 1926/2017).

Em uma “segunda” fase, o dispositivo da sexualidade teve a burguesia como agente de repressão. Em um primeiro momento, pode-se pensar que o sexo é controlado pelo dispositivo para controlar o indivíduo e direcionar as energias dele para o trabalho e não desperdiçar com coisas inúteis. Mas o pensamento foucaultiano evidencia que a sexualidade é controlada inicialmente na burguesia (Oliveira, 2016). Inicialmente, foi na burguesia que a problematização do sexo em crianças e adolescentes se iniciou, como também foi na família burguesa que a sexualidade feminina foi medicalizada e esta família foi alertada para as

possíveis patologias do sexo e a urgência de vigiar suas práticas e a necessidade de inventar técnicas de correção (Foucault, 1926/2017).

As classes de camadas mais populares “fugiram” por um tempo do dispositivo da sexualidade. Esta classe estava moldada no dispositivo da aliança, ou seja, na valorização do casamento, da fecundidade, da exclusão das uniões consanguíneas. As questões da sexualidade foram entrando lentamente nessa camada da população, abrangendo inicialmente a natalidade, o controle da família, que era instrumento de controle político e de regulação econômica, e o controle judiciário e médico das perversões, que resguardariam a sociedade e a raça (Foucault, 1926/2017).

Foucault alerta em *A vontade de saber* (1926/2017) que não existiu uma época de restrição sexual, como também não existiu uma forma homogênea de viver essa sexualidade em todos os níveis sociais ou em todas as classes, não existindo uma política sexual unitária. O dispositivo da sexualidade foi instaurado para atender a uma urgência da sociedade em determinado tempo histórico e, no que tange ao dispositivo da sexualidade, a exigência era atender às problematizações do corpo, tendo como princípio a saúde e as condições para o seu funcionamento. A lógica seria de maximizar a vida da classe dominante, nesse caso, a burguesia, que fazia valer o preço político do corpo, sensações, prazeres, saúde e sobrevivência. Um agenciamento político da vida que se constitui através da afirmação de si, atribuindo ao corpo o cuidado, proteção, cultivo e preservação do seu valor. O sexo foi a parte do corpo que solicitou os cuidados e cultivos, misturando uma espécie de medo, curiosidade e deleite (Oliveira, 2016; Foucault, 1926/2017).

A classe burguesa utilizava a sexualidade para manter sua marca de nobreza e manter a distinção da casta. Pensando desta forma, afirmar o corpo era ter uma consciência da classe. Daí que vem a ideia do “sangue azul”, em que existia uma preocupação em manter a genética, com o legado econômico e hegemonia social. A dominação da classe burguesa não dependia apenas de questões econômicas ou ideológicas, mas era também uma questão física. O sexo, a classe pobre não era de interesse da burguesia, pois acarretaria epidemias e desvantagens econômicas (Oliveira, 2016; Foucault, 1926/2017). Desta forma, para evitar tais problemas, a solução era vigiar esses corpos e a sexualidade:

[...] (a escola, a política habitacional, a higiene pública, as instituições de assistência e previdência, a medicalização geral das populações, em suma, todo um aparelho administrativo e técnico permitiu, sem perigo, importar o dispositivo de sexualidade para a classe explorada; ele já não corria o risco de desempenhar um papel de afirmação

de classe em face da burguesia; continuava instrumento de sua hegemonia). Daí, sem dúvida, as reticências do proletariado diante da aceitação desse dispositivo; daí sua tendência a dizer que toda essa sexualidade é coisa da burguesia e não lhe concerne (Foucault, 1926/2017, p. 138).

As classes burguesa e proletária são atravessadas por esse dispositivo da sexualidade, porém esse dispositivo não produz o mesmo efeito de poder em lugares distintos. Podemos então afirmar que é correto falar em “sexualidades” e não em sexualidade:

Se é verdade que a “sexualidade!” É o conjunto dos efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais, por um certo dispositivo pertencente a uma tecnologia política complexa, deve-se reconhecer que esse dispositivo não funciona simetricamente lá e cá, e não produz, portanto, os mesmos efeitos. Logo, é preciso voltar a formulações há muito tempo desacreditadas: deve-se dizer que existe uma sexualidade burguesa, que existem sexualidades de classe. Ou, antes, que a sexualidade é originária e historicamente burguesa e que induz, em seus deslocamentos sucessivos e em suas transposições, efeitos de classe específicos (Foucault, 1926/2017, p 139).

Ou seja, um indivíduo que é atravessado pelo dispositivo da sexualidade e que pertence à classe burguesa será diferente daquele que é atravessado pelo mesmo dispositivo, mas que pertence a outra classe.

Os participantes 4, 5 e 7 trazem outro elemento muito importante para a discussão do dispositivo da sexualidade: a religião.

Atendo a pacientes que chegam logo relatando: “Eu sou homossexual e tenho questões muito relacionadas à minha sexualidade e à minha religião”. Geralmente, quase todos os pacientes que vêm tratar deste assunto específico têm conflitos com a religião e a homossexualidade. Eles têm uma angústia ligada a “Quero me libertar! Quero sair desse armário! Entretanto, tenho uma religião que está me proibindo. Como essa sociedade vai me encarar? E a minha família, como é que vai reagir?”, então, esse castelo de fantasias que imaginamos da família se desmorona. (Participante 4).

Observamos no enunciado do participante 4, e nos seguintes, que a família e a religião estão sempre presentes como elementos de controle. O participante 5 traz a seguinte elucidação:

[...] Acredito que o que me motivou a pesquisar sobre estas discussões foi o fato de eu ser uma pessoa questionadora. Tive uma religião conservadora. Aliás, tive uma religião e uma criação conservadora e os meus pais sempre me diziam “Você não pode falar de sexo” (Participante 5).

O participante 7 nos mostra a seguinte narrativa:

“Existiram colegas de classe que, após o curso, se despiram. Gente que veio de uma religião bem tradicional, rígida, conservadora e que foi se transformando; tirando a saia e vestindo uma calça, por exemplo, libertando-se, falando de sexo, de sexualidade, com mais naturalidade e sem muitos tabus. Moldando seus ‘rótulos’, aceitando-se e aceitando o outro, com suas dificuldades, suas limitações e suas escolhas” (Participante 7).

A fala do Participante 7 traz uma reflexão muito importante: apesar de a instituição e de o curso de psicologia possuírem ou não uma disciplina que possibilite ao estudante uma ampla discussão sobre sexualidade e gênero, os alunos do curso são atravessados por uma série de narrativas, fatos e acontecimentos, que contribuem para a subversão de comportamentos e pensamentos, que são considerados normativos.

Ao refletir sobre estes questionamentos, é inegável afirmar que em minha vivência na graduação, meus colegas e eu não saímos iguais a como quando iniciamos o curso. Posso fazer esta afirmação, trazendo como exemplo o próprio episódio que mais me motivou a (pro)seguir com o mestrado: da mesma maneira que fui afetada pelo questionamento de minha amiga de graduação quanto à diferenciação sobre as questões de sexualidade e gênero, acredito ela também tenha sido afetada pela minha narrativa, assim como pela experiência clínica que ela passou.

5.2 Os enunciados dos alunos estagiários sobre gênero

De acordo com Coelho (2018), falar sobre gênero está estritamente relacionado ao assunto de construção dos sujeitos, pois só nos construímos como sujeitos sociais, a partir de uma construção do gênero. Isto não significa que o gênero é o fator fundamental que nos constitui, mas está entre os diversos fatores fundamentais da nossa construção, enquanto sujeitos.

Butler, inicialmente, critica o fato de o gênero ser organizado de forma binária (masculino e feminino), demonstrando como esse sistema funciona e evidenciando as contradições existentes nesse conceito binário. Ela questiona os sujeitos do feminino, ou seja, qual seria a identidade que abrigaria toda a categoria de mulheres. Esta categoria surgiria por uma necessidade de representação política de uma categoria que unisse todas as mulheres. Butler, porém, levanta alguns questionamentos com relação à categorização do gênero: a definição do sujeito e a formação de uma “identidade comum para todas as mulheres, como todas pertencentes a uma única categoria de identidade.”

Ser de um determinado gênero não implica a totalidade do sujeito, ou seja, se alguém é mulher, não significa que isto seja tudo o que este alguém é. O gênero nem sempre se constitui de forma coerente ou consistente nos seus diferentes contextos históricos. O gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidade discursiva. É impossível discutir a noção de gênero separada das questões políticas e culturais que ela produz e que também é mantida.

Não é do interesse de Butler rejeitar as políticas representacionais do feminismo, mas problematizar a construção da identidade, em que o sujeito é pensado, a partir de um conceito estável de gênero e esse conceito se encontra estável e coeso dentro da heterossexualidade. Butler procura fazer uma crítica às categorias de identidade contemporâneas que engendram, naturalizam e imobilizam o sujeito.

Butler considera um problema a representação ser o único foco da política feminista, pois a identidade do sujeito não deve se constituir como um fundamento da política, pois a formação do sujeito ocorre no interior de um campo encoberto pela afirmação desse fundamento. Basta pensar que hoje discutimos que tipo de feminismo estamos falando: o feminismo cisgênero, o feminismo negro, o trans. Por isso, a identidade não deve ser tida como um fundamento da política ou a representação ser o único foco, pois acaba se limitando.

Através dessa reflexão, Butler (2016, pp. 25-26) chega à discussão sobre a formação do sujeito, a partir da distinção entre sexo e gênero, em que os dois apresentam, do seu ponto de vista, divisões estáveis:

Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído consequentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo.

O gênero seria o significado cultural que o corpo sexuado possui, porém não se pode dizer que o gênero decorre de determinado sexo. Butler (2016) sugere que mesmo que o sexo não aparente ser problematicamente binário, não existem motivos para considerarmos que ele possua apenas duas opções: feminino x masculino.

Butler (2016, p.27) ressalta, porém, que o gênero não deve ser tido como uma mera concepção cultural do sexo. Não deve ser concebido como uma simples concepção da inscrição cultural de significado em um sexo previamente dado, mas é preciso designar o aparato mesmo de produção mediante os próprios sexos que são estabelecidos. De acordo com a autora:

Resulta daí que o gênero não está para a cultura, como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura. (Butler, 2016, p.27)

Ou seja, Butler sugere que o sexo também é elemento para discussão, pois o sexo é tido radicalmente não construído, binários em sua morfologia e constituição, porém Butler problematiza e questiona esse lugar fixo binário, fonte de discurso cultural.

Mesmo afirmando que gênero é uma construção cultural, não foi explicado de que forma essa construção se dá. Se considerarmos que os corpos são anatomicamente diferenciados e compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural, o gênero se torna algo tão fixo quanto o sexo, mas não condicionado pelo ambiente, mas sim pela cultura, não tendo outra escolha e se tornando o seu destino.

Para ilustrar essa concepção de mudança de paradigma em que a cultura se torna o destino, Butler usa como referência Simone de Beauvoir, na obra *O segundo sexo*, de 1949. De acordo com Beauvoir, ser mulher parte de um processo de “tornar-se mulher”. Butler explica que para Simone de Beauvoir, o sexo se distingue do gênero, em que este último seria um aspecto da identidade, que é gradualmente adquirido. Butler questiona como problema na obra de Beauvoir o fato de a natureza deixar de ser o destino invariável e o aparato cultural assumir esse lugar de destino.

Definir a construção do sujeito, através das categorias de sexo e de gênero, é insuficiente, pois a quantidade de atributos sociais, que fazem parte desta construção, necessita de outros fatores para a construção do humano, como raça, morfologia, etnia e classe. De acordo com Butler (2016), esta forma de pensar a construção do sujeito se chama modelo dialógico e

pensar em uma categoria de “mulheres” que se forma, a partir de vários outros componentes de outras categorias, é falho, pois gênero não se caracteriza como uma categoria que necessita ser completada, através de elementos de outras, mas sozinha não dá conta das demandas que surgem na formação do sujeito.

Considerar que o gênero tem uma incompletude na definição do seu conceito já faz emergir o seu caráter radical. Podemos considerar a incompletude, possibilitando ter “unidades provisórias” que não tenham o foco voltado para a identidade. De acordo com Butler (2016), o gênero se encontra em estado de protelação, ou seja, ele nunca está completamente fechado em uma única e verdadeira definição, nunca exhibe completamente a sua condição total.

Butler expõe que uma identidade está pautada em uma normatividade inteligível construída e mantida socialmente, o que remete a uma ideia preconcebida de “identidade de gênero”, em que a busca pelo conceito de gênero acontece como uma busca por uma identidade e não a busca da abertura deste conceito. A ideia seria então que o que governa as práticas regulatórias da identidade também são as que governam a noção de identidade. Esse gênero, porém, apenas é inteligível diante da heterossexualização se o gênero mantiver culturalmente uma coerência entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, sendo discriminadas entre o masculino e o feminino.

De acordo com Butler (2016, p.46), o gênero que está estritamente ligado ao sexo só pode existir na linguagem

A noção de que o sexo aparece na linguagem hegemônica com substância, ou, falando metafisicamente, como ser idêntico a si mesmo, é central para cada uma dessas concepções. Essa aparência se realiza mediante um truque performativo da linguagem e/ou do discurso, que oculta o fato de que “ser” um sexo ou um gênero é fundamentalmente impossível. Para Irigaray, a gramática jamais poderá ser um índice seguro das relações de gênero, precisamente porque sustenta o modelo substancial do gênero, como sendo uma relação binária entre dois termos positivos e representáveis.

A gramática não dá conta de explicar o gênero, pois não possui um arcabouço linguístico que dê conta da pluralidade, limitando a multiplicidade subversiva do gênero. Ainda de acordo com Butler (2016, p. 47), “a regulação binária da sexualidade suprime a multiplicidade subjetiva de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica.”

De acordo com Coelho (2018), só é possível pensar o gênero diretamente decorrente do sexo dentro das unidades linguísticas, pois a noção de sexo só tem um algo “concreto” dentro

das estruturas da linguagem. Sendo o gênero uma construção da linguagem, Butler (2016) sugere que o homem pode ser pensado com atributos “masculinos”, mas existe a possibilidade de pensarmos este homem com atributos femininos, mas que não interferissem no seu gênero.

Apesar de as estruturas dos gêneros binários terem suas matrizes heterossexuais dentro dos limites da linguagem, não quer dizer que elas não interfiram na forma como as pessoas sentem e veem seu gênero de fato. Butler diz que os sujeitos sofrem interferência direta da crença ficcional do gênero binário e esses sujeitos incorporam tal gênero, a partir de atos performativos desenvolvidos dentro do campo político, sendo a performance limitada pelo discurso político, porém a sua performatividade também abre o campo político para o gênero. O gênero tem seu efeito performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras do gênero que se diz inteligível (Coelho, 2018).

O gênero está em constante construção e é atravessado pelo tempo, sendo um fenômeno inconstante e contextual. É uma atividade incessante que praticamos de estar consciente, mas não de forma automática (Coelho, 2016). Ele não é gerado sozinho, sendo sempre produzido com ou para o outro, mesmo que de forma idealizada, e em uma sociabilidade que não possui um autor exclusivo, mas que conteste a própria noção de autoria, como se o sujeito se questionasse: poderia eu explicar e dar conta da minha identidade de gênero?

Relacionando com as questões de gênero que foram desenvolvidas anteriormente, as falas dos participantes trazem questões pertinentes para esta pesquisa e apesar de a discussão sobre sexualidade não estar separada da de gênero, os participantes trazem enunciados diferentes, que por vezes se mostram questões mais pessoais. Por exemplo o Participante 2 relata que:

Quando eu pego, por exemplo, um paciente mais velho, um homem mais velho que vem ainda muito permeado pelo machismo e que bate de frente comigo e que acaba, inclusive, questionando o meu papel enquanto terapeuta, o tempo inteiro me questionando: ‘onde que você viu isso?’ ‘Por que você faz isso assim?’ Observo um discurso totalmente machista, com papéis bem submissos de mulheres na sociedade. Estas narrativas de pacientes me afetam demais. É como se o tempo todo eu tivesse que provar algo, que, na verdade, eu sei que não preciso disto. Este tipo de questionamento é muito complicado. (Participante 2).

O Participante 2 traz a questão do gênero relacionada à luta das mulheres pelo espaço, reconhecimento e respeito da sociedade, principalmente no que tange ao feminicídio. Em uma de suas outras narrativas, ele aponta:

Acredito que a grande questão é o papel da mulher na sociedade, independente da forma como ela vive a sua sexualidade. Se é uma sexualidade hétero, cis, trans ou qualquer seja. O lugar da mulher na sociedade hoje tem sido um lugar muito delicado, mas ao mesmo tempo eu acho que as mulheres têm avançado nesse processo de conquista de direitos. Dentro da clínica, é algo que nós psicólogos ainda não estamos assim, tão preparados. Principalmente para lidar com esta demanda, a dos agressores. (Participante 2).

Continuando essa narrativa, o participante 2 também elucida um questionamento muito importante, que os cursos de psicologia devem estar atentos:

Nós (estagiários/psicólogos) sabemos acolher a vítima, existem estudos sobre as vítimas de agressões. Mas como trabalhar com esses agressores? Ou como trabalhar na prevenção da agressão, por exemplo? Ou como trabalhar com um paciente homem que vem (na clínica), relata que está com problemas no relacionamento e acaba diz relatando que é violento com a parceira. Lembrando que não existe só a agressão física existe também a agressão psicológica. Como lidamos com isso? Como lidamos para tentarmos, no papel do psicólogo, fazer com que este paciente não perpetue a violência com sua parceira enquanto homem, agressor? Acredito que em termos de gênero – inclusas as questões de homossexualidade e trans no Brasil - ainda somos o país que mais mata a população homossexual e trans no mundo; mas o lugar da mulher na sociedade também é muito delicado. Esta questão da mulher é um ponto muito importante a ser discutida pela psicologia. (Participante 2).

Já o Participante 3 traz a sua compreensão de gênero o seguinte formato:

Acredito que gênero está relacionado à identidade de gênero, ou seja, a forma como a pessoa se vê no mundo. E não só isso, mas tudo que envolve a temática das teorias de gênero em si. De se ter um padrão que é socialmente construído, é tido como normativo para determinado grupo social. A diversidade de gênero, tenta compreender como o indivíduo se percebe e se adequa a certos padrões sociais e como este indivíduo vivencia isso. Entendo desta forma. Também não me aprofundo muito nesta temática e o pouco que eu entendo é isso.

O Participante 4 trata da questão do gênero, falando mais sobre a comunidade LGBTQIA+, afirmando que:

Até meados do sétimo período da graduação, o que eu compreendia sobre o tema de sexualidade e gênero era realmente a bagagem que eu tinha sobre o assunto, fugia da literatura, de um embasamento teórico. Ao ingressar no sétimo período e iniciar o estágio voluntário, começamos a ter aulas práticas com o professor X, Y ou Z, sobre questões do corpo, do sexo, do gênero. Então, a vivência me permitiu a possibilidade de expandir meus entendimentos sobre o assunto. Também devido a isto, percebi que aquela sigla (a tão falada!) LGBT, já não é mais LGBT! Vamos passando por um processo de desconstrução do conhecimento, entendeu? Em nossa faculdade tem uma trans, uma mulher trans. O que é muito confuso é que mesmo ela sendo operada, ela se intitula como travesti. E isso (esses termos usados) causou uma polêmica muito grande na faculdade; a forma como ela se via e se intitulava e o que tínhamos de embasamento teórico. Comprei um livro de Letícia Lans, fui a palestras dela, tive a oportunidade de conversar com a autora e ela me disse: 'Está difícil de debater sobre este tema porque as opiniões estão muito divididas. Existem muitos com opinião x ou y e ponto. Pontos de vistas opostos.' A Letícia disse que o livro dela traz referências bibliográficas de outros autores, falou tudo e um pouco mais que o embasamento teórico que temos, falou que já não é possível definir, limitar o ser humano, pois ele é um ser muito complexo e ao mesmo tempo ele é único. Embora achemos que é possível conceituar o ser, colocá-lo naquele quadrado, isso já não cabe mais; não dá para se colocar em um quadrado quando se fala de gênero. A compreensão de diversidade está bem ampla. (Participante 4).

Já a Participante 6 traz a discussão de gênero no meio da psicologia organizacional, da seguinte forma:

[...] quando há momento de recrutamento e seleção, há algumas particularidades quanto a esta questão de abrir uma vaga. Qual é o cargo? Temos que alinhar com o gestor as atribuições. Alguns gestores especificam a questão de gênero: deixam expresso se irão recrutar homem ou mulher. Na instituição em que trabalho, há banheiros femininos e masculinos, por exemplo, e eles são divididos desta forma. Em alguns lugares também, há áreas que são mais frequentadas mais por mulheres, outras, por homens. É preciso que haja organização para certos tipos de trabalho, como por exemplo, o de limpeza. Você não vai ver um homem da infraestrutura limpando um banheiro feminino, ou vice-versa. Talvez seja por este motivo que eles especifiquem o gênero na vaga, para comporem o quadro de pessoal dessa forma, pois ao sair uma mulher da equipe infraestrutura, eles vão quer que uma mulher reponha aquela vaga. (Participante 6).

A Participante 6 também traz, em dois momentos, relatos muito relevantes acerca da realidade da distinção de gênero que existe no mundo organizacional:

Querem que eu faça uma movimentação em certo setor de tal empresa. Pediram-me a presença de figuras masculinas nas vagas a serem preenchidas. Disseram-me que existiam muitas mulheres e que necessitavam de homens no setor. Questionei o porquê da preferência do gênero especificado, qual o problema de um setor estar cheio de mulheres? E foi me passada a informação de que existem muitas intrigas femininas, muitas fofocas, este tipo de coisa. Havia muita coisa ali envolvida que, aparentemente, um homem, entre aspas, iria dar uma quebrada. (Participante 6).

Este relato me mobiliza bastante, pois reflete a sociedade em que vivemos, em que uma instituição considera que a mulher tem vários tipos de “melindres” que atrapalham o desenvolvimento de um bom trabalho, atribuindo ao homem características que são “próprias do gênero” e consideradas “adequadas” para um determinado ambiente ou desempenho de uma função. O participante 6 completa relatando:

O pessoal aqui da empresa que trabalho ainda tem muito esse estigma de homem: “o mundo masculino é desta forma, o mundo feminino é desta forma. Mulheres são mais flexíveis, mulheres são emotivas”, aquele padrão do padrão mesmo. E os homens são mais brutos, futebol, cerveja, e as mulheres recatadas e do lar. É bem divididinho. Você observa que algumas pessoas têm essa coisa bem delimitada, mas tentam sempre, de alguma forma, respeitar, mesmo tendo esse clima de inimizade. (Participante 6).

Mesmo essa narrativa sendo sobre uma única pessoa e de uma única instituição, sabemos que esse tipo de comportamento organizacional, infelizmente, é uma constante no mundo e, não somente, no ambiente de trabalho, mas em vários campos da vida. A desigualdade entre homens e mulheres é um tema extremamente urgente na sociedade, e saber como lidar com essa discriminação, e prevenir esse tipo de preconceito, é matéria fundamental para a formação acadêmica, não apenas do psicólogo, mas de todos os outros cursos, bem como no ensino médio, fundamental e no círculo familiar.

Ressalto, neste momento, que, ao ler as entrevistas, o curso de graduação em psicologia abre espaço para várias reflexões e o estágio é essencial para a construção do profissional, construção esta que nunca estará concluída. Muitos dos aprendizados dos alunos, porém, se devem à convivência com amigos, colegas, funcionários das instituições e ao seu ciclo pessoal de contatos. A reflexão dos alunos acerca da sexualidade e identidade de gênero se mostrou um tema pouco explorado pelas grades curriculares das instituições.

5.3 O discurso das/os alunas/os estagiárias/os sobre o lugar que as instituições ocupam na atenção dada às questões referentes à sexualidade e ao gênero

Como pudemos observar no eixo de análise em que se discutiu sobre o dispositivo da sexualidade, sabemos que um dos agentes deste dispositivo é a pedagogia. A educação para Foucault é um agente de controle que serve para suprimir ou disciplinar os comportamentos divergentes. De acordo com Veiga-Neto (2016), em *Foucault e a educação*, a escola era um lugar que, como em prisões e hospitais, isolava compulsoriamente as crianças das suas famílias e/ou espaço social mais amplo para controlar e moldar as suas condutas. Mas com a chegada da modernidade, as instituições deixaram de ser lugares de castigo e martírio, para ser um local de “corpos dóceis”, o que significa que a disciplina não era mais exercida através de castigos, mas sim por meio de redes invisíveis e que ganharam aparência de “naturalidade” no meio social.

Foucault não se dedicou integralmente ao estudo da educação, mas a apontou como elemento das estratégias de controle da sociedade. Tampouco se debruçou sobre as questões do ensino universitário. Sandra Caponi, porém, professora do curso de sociologia e ciências políticas da Universidade Federal de Santa Catarina, analisa a perspectiva de Foucault sobre o ensino universitário, a partir da prática desse autor nas universidades, enquanto docente.

Caponi (2014), seguindo o pensamento de Foucault, expõe que a universidade é um espaço de construção, transmissão e consolidação das verdades e dos saberes, ressaltando que esse espaço não está limitado a reproduzir os saberes que são aceitos como verdades e nem avaliar se esses saberes foram bem assimilados pelos alunos. Ela nos fala que, olhando para a trajetória acadêmica de Foucault enquanto docente, não cabe aos professores, por exemplo, se limitar ao exercício do governo dos outros, mas sim auxiliarem os alunos a governar a si mesmos.

Alguns discursos, saberes e instituições, em cada época histórica, contribuem para a produção da subjetividade e Foucault procurava entender como esses saberes normatizadores da medicina, criminologia e a psiquiatria, por exemplo, instauram formas de exercer o governo sobre os outros, compreender quais são os espaços que possibilitam a liberdade de pensar diferente e em quais aspectos há resistência. Ele buscava compreender como esses saberes nas universidades, através de estratégias, instituem determinados modos de construção da subjetividade (Caponi, 2014).

De acordo com Caponi (2014), Foucault se posiciona como professor, como aquele que, na universidade, se negaria a aceitar e reproduzir discursos como verdades incontestáveis e

fixas e que o papel do docente é mostrar que as verdades podem ser diferentes e apresentar a possibilidade de substituir as certezas do saber científico pelo saber filosófico e político da história, levando em consideração a compreensão das dúvidas, as incertezas e as dificuldades. O meio acadêmico consistiria em tentar compreender como pensar diferente daquilo que já se sabe, ao invés de ficar apenas legitimando esse conhecimento, e até onde isso seria possível questionar aquilo que já se sabe.

Em 1968, Foucault foi convidado a se tornar diretor do Departamento de Filosofia da Universidade de Vincennes, conhecida também como Universidade de Paris VIII. Tal faculdade tinha por objetivo inaugurar uma educação em que as estratégias pedagógicas e acadêmicas consistiam na interdisciplinaridade, a falta de distinção entre os cursos, serviços iguais entre professores, inscrições abertas e livres para os não graduandos e acolhimentos dos estudantes estrangeiros. Os professores tinham a liberdade para montar seus planos de ensino e estabelecer os seus critérios de avaliação (Caponi, 2014).

Esse projeto de educação enfrentou vários problemas em diferentes cenários, e um dos questionamentos mais interessantes que Foucault levantou, nessa situação, foi: por que, aos olhos do governo da época, a Universidade de Vincennes era considerada um perigo? E o próprio Foucault responde que a universidade, além de permitir o acesso aos estrangeiros e alunos aos cursos de graduação, ainda questionava saberes que historicamente não os faziam parte da sua época, levantando vinculações teóricas entre saber e política, questionando as relações de poder que atravessam os discursos que já estão estabelecidos como verdades, como essas verdades são transmitidas, como se tornam legítimas e se renovam, enquanto conhecimentos consagrados. Os professores também questionavam o uso apenas de autores clássicos, que limitavam a vida intelectual à simples reproduções de conhecimentos. O governo não aprovava essas críticas à tradição do clássico, considerando uma prática potencialmente ameaçadora ao seu controle (Caponi, 2014).

A partir de uma rápida visão da compreensão que Foucault tinha em relação às Universidades, podemos fazer indagações semelhantes a respeito da formação dos psicólogos e como elas estão acontecendo nos cursos de psicologia, quais as vinculações teóricas entre saber e política nesses cursos? Quais as relações de poder que atravessam os discursos que já estão estabelecidos como verdades? E com relação aos teóricos que são trabalhados durante o curso? Existe espaço para novos olhares e teorias ou os cursos continuam reproduzindo os mesmos saberes de décadas atrás?

Em relação ao cenário brasileiro, como já trouxemos no capítulo em que trouxemos uma prévia histórica da psicologia, com uma perspectiva genealógica foucaultiana, a década de 1980 estava marcada por instituições preocupadas com as questões das áreas de atuação, dando ênfase a três áreas básicas: a clínica, a escola e a indústria. A clínica ganhou lugar de destaque entre essas três áreas, ficando com maior carga horária curricular nos cursos, porém a própria clínica nos últimos anos sofreu mudanças, tanto por conta das discussões sobre a formação do psicólogo, como pela transformação do ambiente histórico e do campo do saber “psi” e das problemáticas em que está sujeita a formação do psicólogo brasileiro (Ferreira Neto, 2004).

A clínica está sendo considerada até aqui como a psicoterapia desenvolvida em espaço apropriado (consultório), particular, de profissionais liberais e que desenvolvam um trabalho intrapessoal.

Como foi relatado anteriormente, enquanto ex-aluna da graduação de psicologia da turma de 2012.1, da Universidade Católica de Pernambuco, minha formação trouxe, de fato, um viés voltado para a prática clínica. Como por exemplo, todas as pessoas da minha turma acabaram por realizar o estágio obrigatório na clínica-escola da universidade. Esta situação parece não ter sofrido mudanças comportamentais dos discentes de minha formação até o momento atual. A partir da análise dos dados dos sete participantes das entrevistas realizadas para esta pesquisa, foi constatado que apenas um dos participantes não havia realizado estágio na área clínica, mas sim, na organizacional.

Entre 1987 e 1994, o Conselho Federal de Psicologia e as Universidades realizaram uma série de pesquisas relacionadas à formação do psicólogo no Brasil. Os trabalhos, frutos dessas pesquisas, renderam publicações que serviram como referência para debates sobre esse tema da formação e influenciaram nas diretrizes curriculares. Estes resultados não se devem apenas a essas pesquisas, pois os impactos sociais e políticos da época já exigiam do psicólogo uma postura diferente, na qual ele teria que se voltar para as demandas das classes populares. Essas mudanças necessárias na atuação e formação do psicólogo repercutem até hoje (Ferreira Neto, 2004).

A relação do meio social e a psicologia é complexa, pois a realidade vai além de uma visão romantizada e benevolente de ajudar e atender os indivíduos, e passa por práticas da subjetividade, ou seja, a psicologia se constitui na produção de subjetividades em uma relação ambígua (consonância/dissonância), em relação às questões biopolíticas contemporâneas.

Em 1994, o CFP organizou pesquisas para investigar as emergências de novas práticas e novos contextos de atuação do psicólogo, analisando, a partir deste ponto, as relevâncias para

a formação do psicólogo. Nas vinte e três pesquisas realizadas, foram ressaltados três aspectos: a incorporação da psicologia clínica ao “contexto social”, pensando a trajetória do indivíduo contextualizada; a modificação do referencial teórico que as práticas clínicas tomam como base; e a necessidade de que a produção do conhecimento aconteça em um ambiente multidisciplinar.

Ferreira Neto (2004) diz que nessa mesma pesquisa, realizada pelo Conselho Federal de Psicologia, em 1994, vários entrevistados afirmaram que a clínica era ensinada na faculdade de forma descontextualizada, fazendo com que os alunos saíssem das instituições sem contato com a realidade da população que vão encontrar ao finalizar o curso.

Podemos observar que esta questão de descontextualização ainda se repete em algumas narrativas dos participantes:

“Estudamos muito mais patologias ou disfunções dentro da sexualidade do que a própria sexualidade em si, como algo natural. Dificilmente vai aparecer algum caso deste aqui na clínica com uma patologia tão extrema. E mesmo assim, se aparecer, só nos ensinaram que existe. O que aprendemos (estagiários) na supervisão é outra coisa. Coisa essa que não se aprende na graduação, porque além de ter o embasamento teórico, há o momento da prática, da supervisão. Se há um caso difícil, levamos para a supervisão e todos debatem para chegarmos a um consenso de qual o melhor tratamento a ser disponibilizado ao paciente para que possamos dar outra perspectiva e não nos limitarmos a um título de alguma coisa” (Participante 1).

Este enunciado traz duas questões relevantes: a primeira é que o participante questiona a possibilidade do que foi estudado na teoria da graduação aparecer na sua prática do estágio clínico; e a segunda é que ele faz uma espécie de separação entre a graduação e o estágio obrigatório supervisionado, como se este estivesse em um nível superior ao da graduação e não fizesse parte do plano pedagógico do curso. Aqui faço um questionamento: estaria o estágio clínico supervisionado obrigatório destoando dos ensinamentos letivos dos períodos anteriores da graduação de psicologia, a ponto de existir a possibilidade de uma divisão entre estágio e graduação, prática e teoria, nas narrativas dos participantes entrevistados?

“Aqui na [Nome da instituição], as questões de sexualidade e de gênero foram deixadas um pouco de lado no decorrer do curso. Fala-se daquela sexualidade freudiana, mas a vivência da sexualidade, dos entendimentos outros que se podem ter hoje sobre isso não tanto ou muito pouco. [...] Não é porque estamos na graduação, que estamos fora da vida [...]” (Participante 2).

Podemos ver, através deste enunciado, que, na opinião do participante, a instituição não acompanhou os movimentos sociais relacionados à sociabilidade no sentido genealógico foucaultiano. Ou seja, quando foi realizada a entrevista, na opinião do entrevistado, o conteúdo da graduação de psicologia da universidade parecia não acompanhar o contexto social relacionado à sexualidade naquele momento.

Foucault diz que uma das melhores posturas políticas que podemos assumir no dia a dia é determinar qual o maior perigo naquele momento. Isto significa que cada momento apresente uma barreira para ser superada e que cada época mostrará questões que levantarão novas problematizações. O mesmo ocorre com a psicologia. Se existia uma linha divisória entre as práticas em psicologia e a realidade brasileira como um perigo maior há quarenta anos, precisamos ficar atentos para os perigos das novas mudanças da nossa atualidade (Ferreira Neto, 2004).

Contudo, podemos pontuar com clareza: a psicologia não se define mais pelo *setting* de trabalho, pelas características da clientela ou pelos vínculos do trabalho profissional. O modelo do psicólogo “padrão”, autônomo, individual e voltado para as classes médias e altas em consultórios particulares não contempla mais o leque de práticas psicológicas atuais, apesar de a clínica ainda ter um espaço de destaque no meio (Ferreira Neto, 2004).

Entendido que as práticas clínicas do psicólogo estão muito além do consultório clínico individual, voltado para a classe média e alta, e que para isso precisou haver um “chamado” da sociedade brasileira, que denunciou a ineficiência do psicólogo diante das demandas sociais, e que hoje vivemos em um cenário em que já houve muitos avanços em relação à prática e à formação, gostaria de discutir se de fato as formações estão com um olhar para esta população e a serviço de quem a psicologia está se colocando.

Lembro que um tema que surgia com frequência em meu estágio curricular obrigatório na clínica-escola era o da violência contra a mulher. Praticamente todas as pacientes mulheres adultas que atendi na clínica me relataram ter passado por, pelo menos um, episódio de violência doméstica, tendo por seu agressor o seu avô, o seu pai, o seu tio, o seu irmão, o seu primo, o seu marido, o seu namorado. A maioria dos casos era de abusos domésticos, ou seja, a violência era cometida por alguém da família. Lembro-me de que os casos destas pacientes eram muito delicados, tanto por eu ser uma mulher ouvindo o relato de dor vindo de uma outra mulher quanto pela minha inexperiência enquanto profissional. Um dos relatos mais fortes e que mais me marcou, foi o de uma das pacientes ao relatar que não se divorciava do seu cônjuge,

o seu agressor porque se o fizesse, ela perderia a sua identidade, pois seria uma ninguém sem a presença do marido.

Não é necessária uma pesquisa muito profunda para que se encontre na internet notícias que relatem mulheres que sofrem agressão por seus companheiros, notícias que indiquem o número alarmante de feminicídio existente e que aumenta diariamente em nosso país. Basta ligar a televisão no noticiário, e todos os dias haverá, pelo menos, uma reportagem que fale sobre agressão contra mulheres. Apesar de diariamente esta notícia se repetir nos diferentes noticiários, dos índices alarmantes e crescente da violência contra a mulher e de esta ser uma demanda frequente da clínica dos profissionais de psicologia, este tema, que está também relacionado à gênero e sexualidade, infelizmente não foi contemplado de forma satisfatória durante minha graduação. Fatidicamente, havia um debate ou outro sobre o assunto, mas por conversas pontuais, e não por fazer parte da matriz curricular ou não por estar no planejamento semestral das ementas das disciplinas. Por que um tema tão presente na clínica, de tamanha relevância social, não é abordado com mais ênfase na universidade?

São inegáveis os avanços da psicologia como ciência e profissão. Diante do breve histórico apresentado nesta dissertação até o momento, é possível perceber que muitas teorias foram desenvolvidas, técnicas foram elaboradas, bem como algumas posturas deixaram de fazer parte do *know-how* dos profissionais e outras, foram adotadas. A forma como a psicologia se relaciona com o social também vive em constante movimento.

Em *Inventando nossos selfs*, Nikolas Rose (2011) nos conduz a refletir, entre tantas coisas, sobre a profissão do psicólogo. Como já foi visto, a história da psicologia não teve seu início como ciência, nem como profissão, pautados na indulgência, benevolência ou na caridade, mas existia uma série de questões que atravessavam esse conhecimento e os seus estudiosos, questões essas que atravessavam a sociedade e as possibilidades de emergência que a psicologia tinha em cada momento histórico.

Muitos críticos dizem que a psicologia é uma ciência “antissocial” por focar nos indivíduos afastados das relações sociais, dizendo que a psicologia serviria a uma desigualdade social, pois reduz as questões sociais a questões interpessoais. Rose (2011), porém, aponta que a psicologia só apresenta verdades quando elas são resultado de uma construção e persuasão empreendida em um contexto social. Também diz que a psicologia está inextricavelmente ligada à emergência do “social”, como forma de pensar a realidade do individual e coletivo.

À medida que a psicologia possibilitava tornar a alma humana um objeto de estudo da ciência positiva, a subjetividade e a intersubjetividade humana se tornavam possíveis alvos do

governo.⁷ Ou seja, existe um interesse de um controle da subjetividade humana por parte do poder, que também irá influenciar as posturas que os profissionais de diferentes áreas terão diante das questões do social, bem como a própria psicologia, como ciência e profissão. Ela acaba sendo atravessada pelos interesses do controle do poder.

Ferreira Neto (2004) afirma que nunca existiu uma clínica que não tenha sido atravessada pelo contexto social e que todas elas respondiam às demandas com uma postura ética que possuíam. A psicologia surgiu no Brasil enquanto profissão no início de um regime ditatorial, que era o principal condutor das políticas de subjetivação, e a clínica psicológica clássica, entre os anos 1960 e 1970, contribuiu ativamente nas produções sociais das subjetividades dos dispositivos teóricos e práticos.

⁷ Governo no sentido Foucaultiano de “governamentalidades”, que se refere ao exercício do poder através de instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que têm como alvo a população.

6. Considerações Finais

Esta pesquisa teve como objetivo compreender como os discursos acerca da sexualidade e da identidade de gênero atravessam os enunciados de alunos de psicologia que estão realizando a prática profissional no estágio curricular supervisionado, problematizando essas narrativas, através dos seguintes objetivos específicos: será que existiriam demandas relacionadas às questões de sexualidade e de gênero na clínica-escola das/os alunas/os estagiárias/os e quais seriam essas demandas? Quais possíveis ressonâncias incidiram sobre os estagiários no acolhimento destas demandas? Será que houve incidência? Como os estagiários avaliam o estágio curricular obrigatório em psicologia clínica em relação às questões de sexualidade/gênero?

As narrativas dos participantes entrevistados nos levam a refletir sobre os processos de subjetivação que são atravessados pelo saber poder do dispositivo da sexualidade e sobre o discurso da identidade de gênero que vem sendo tão evidenciado nos últimos anos. Apesar de “gênero” ser um tema que vem sendo discutido desde a década de 1970, através, principalmente, de movimentos feministas, percebemos que esse discurso ganhou outras vozes e narrativas e que ainda é bastante confundido com discursos acerca da sexualidade, sendo os dois considerados, equivocadamente, a mesma coisa.

Os enunciados dos participantes trazem lucidez diante dos preconceitos existentes na sociedade; trazem também a responsabilidade que os profissionais de psicologia têm em não corroborar com atitudes que coagem com os direitos humanos, o ser e o agir de cada ser humano. Todos que participaram da entrevista se mostraram bastante solícitos com as demandas sociais com relação aos questionamentos de sexualidade e de gênero, apesar de, durante a exposição de em suas vidas pessoais nas entrevistas, pareciam haver momentos que relatam algum tipo de preconceito com relação à orientação sexual escolhida, por parte dos familiares ou pela própria concepção do participante.

Devido ao fato de ainda vivermos em uma sociedade que tem uma concepção binária de sexo e de gênero, ainda existe um pensamento muito presente em relação à existência de uma hierarquia de um gênero sobre o outro, de um tipo de comportamento normativo relacionado a um dos gêneros, que não é permitido ao outro, a performatividade e performance do sujeito, como diria Judith Butler.

Ficou evidenciado no discurso dos participantes que as universidades em que as/os alunas/os eram estagiárias/os não contemplavam de forma satisfatória assuntos sobre

sexualidade e gênero, deixando-os com uma escassez de um embasamento teórico para que pudessem atender os pacientes na clínica com questões ligadas ao tema abordado. O que me faz refletir sobre o meu papel de psicóloga e pesquisadora e a minha responsabilidade para com o outro. Nossa formação é para manter o governo do outro? Quanto de responsabilidade o psicólogo tem nessa atual sociedade em que estamos inseridos? O que, na prática, pode ser feito para ir de encontro a esse movimento de controle do poder sobre os corpos?

Os retrocessos políticos em relação às políticas públicas de diversidade sexual e de gênero no Brasil têm sido percebidos com muita nitidez. Uma série de temas e mesmo palavras-chave passou a despertar suspeita, rejeição, descrédito. O gênero e a sexualidade estão sob ataque. O psicólogo brasileiro se deparou com muitos desafios que, por vezes, instigaram a produção de novos estudos e pesquisas, sendo necessário o acompanhamento das transformações que aconteceram e acontecem no social. Diante de uma visibilidade que questões de sexualidade e gênero vêm tomando na mídia e nas redes sociais, somos levados a crer que estas questões também estão chegando como uma crescente demanda para os profissionais da área da psicologia.

Esta pesquisa torna-se importante, pois serve como termômetro para a compreensão se a graduação em psicologia desperta o olhar do discente para a importância do debate do tema, sexualidade e gênero, no decorrer da formação de seus futuros profissionais, pois não se pode chegar ao final de uma formação de graduação em psicologia em uma universidade, com a seguinte dúvida, a qual foi o mote desta dissertação: qual a diferença de conceitos entre as letras que compõem a sigla LGBTQIA+?

Referências

- Alves, Julia Mayra Duarte; Pizzi, Laura Cristina Vieira (2014) “Análise do discurso em Foucault e o papel dos enunciados: pesquisar subjetividades nas escolas”. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v.23, n.1, pp. 81-94, jan.-jun.
- Amanda A. Alves; Bruna G. Azevedo; Diogo S. Silva; et al. (Org). (2018) *Psicologia, sexualidades e identidades de gênero: guia de referências técnicas e teóricas*. Salvador: CRP-03.
- Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT. Acessado em 21 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cncd-lgbt/conferencias/anais-1a-conferencia-nacional-lgbt-2>
- Barifouse, Rafael. (2019) *STF aprova a criminalização da homofobia*. *BBC News Brasil* – São Paulo. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924>
- Bezerra, Alana Rodrigues; Sousa, Antonia Danicleide Pereira; Maia, Luana Pereira; Matias, Luciana Araujo Cabral; Silva, Luciana Bessa (2013) Movimento Lgbt: Breve Contexto Histórico e o Movimento na Região do Cariri. IV Seminário Cetros: Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social. Fortaleza, CE.
- Butler, Judith (2016) *Problemas de Gênero – Feminismo e subversão da identidade* / 12 ed. Judith Butler; tradução, Renato Aguiar. – 12 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, – (Sujeito e História)
- Caponi, Sandra (2014) “Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo”. *Cadernos IHU ideias*. Ano XII – Nº 211 – V. 12.
- Castro, Edgardo (2016) *Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*/ Edgardo Castro; tradução Ingrid Müller Xavier; revisão técnica Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. – 2. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Conselho Federal de Psicologia. Resolução CFP Nº 001/99 de 22 de março de 1999. Brasília, 1999. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf

Conselho Nacional de Combate à Discriminação (2004) *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde.

Dinis, Nilson Fernandes; Cavalcanti, Roberta Ferreira (Maio/agosto 2008) Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação em pedagogia. *Pro-Posições*, v 19, n. 2 (56) – Acessado em: 21 de dezembro de 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a08v19n2>

Jacó-Vilela, Ana Maria; Ferreira, Arthur Arruda Leal (2013) Portugal, Francisco Teixeira. *História da Psicologia: Rumos e Percursos* – 3 ed. Col. Ensino da Psicologia. NAU EDITORA.

Goss, Karine Pereira; Prudencio, Kelly (janeiro-julho 2004) O conceito de movimentos sociais revisitado. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. Vol. 2, nº 1 (2), pp. 75-91.

Ferreira Neto, João Leite (2004) *A formação do psicólogo: Clínica, social e mercado* / João Leite Ferreira Neto. – São Paulo: Escuta. Belo Horizonte: Fumec/FCH.

Figueiredo, Luis Claudio M. (2000) *Psicologia, uma (nova) introdução: Uma visão histórica da psicologia como ciência*. 2.ed. São Paulo: Educ.

Fischer, Rosa Maria Bueno (novembro, 2001) *Foucault e a análise do discurso em educação*. Cadernos de Pesquisa, n 114, pp.197-223.

Foucault, M. (2017) *História da sexualidade: A vontade de saber*. Michel Foucault/ tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – 5 ed. – Rio de Janeiro/ São Paulo, Paz e Terra.

Foucault, M. (1979) *Microfísica do poder*. Org. e trad. Roberto Machado. 17 ed. Rio de Janeiro: Graal.

Lerbach, Brena Costa (2011) *Movimentos Sociais: Percursos Práticos e Conceituais*. Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFES. V.1, nº 1.

Macedo, Cleber (2018) *Linha do tempo: A “cura gay” desde 1950*. Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (Clam), 2018. Disponível em: <http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=12812>

Moura, Júlia. *7 conquistas – e um grande desafio – dos LGBT nos últimos 20 anos*. Acessado em: 15/03/2019. <https://veja.abril.com.br/ciencia/7-conquistas-e-um-grande-desafio-dos-lgbt-nos-ultimos-20-anos/>

Oliveira, Eduardo Alexandre Santos de (2015) O conceito de dispositivo de sexualidade na obra foucaultiana A vontade de saber. *Revista de filosofia*. Fortaleza, CE. v. 12, n. 24.

Oliveira, Eduardo Alexandre Santos de (2016). Uma análise sobre a escola enquanto um dispositivo de segurança nas obras de Michel Foucault. *Analecta – Guarapuava, Paraná* v.15 n. 1, pp. 39-52.

Oliveira, Joana. *Brasil criminaliza homofobia e reforça queda de braço com conservadorismo*. (2019) EL PAÍS – São Paulo/Brasília. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/14/actualidad/1560496365_764572.html

Rose, Nikolas (2011) *Inventando nossos selfs: Psicologia, poder e subjetividade* / Nikolas Rose ; coordenação da tradução: Arthur Arruda Leal Ferreira. – Petrópolis, RJ : Vozes.

Sampaio, J. V.; Germano, I. M. P. (2014) Políticas públicas e crítica queer: algumas questões sobre identidade LGBT. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), pp.290-300.

Schultz, Duane P. (2014) *História da psicologia moderna* / Duane P. Schultz, Sydney Ellen Schultz. Tradução Marília de Moura Zanella, Suely Sonoe Murai Cuccio e Cíntia Naomi Uemura. – São Paulo: Cengage Learning, 2014.

Stassun, Cristian Caê Seemann; ASSMANN, Selvino José. *Dispositivo: Fusão de objeto e método de pesquisa em Michel Foucault*. Cad. de Pesq. Interdisc. em Ci-s. Hum-s., Florianópolis, v.11, n.99, pp. 72-92, jul/dez. 2010. Acessado em 24 de maio de 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/download/14744/18821>

Veiga-Neto, Alfredo. *Teoria e Método em Michel Foucault: (im)possibilidades*. Cadernos de Educação, FaE/PPGE/UFPel, Pelotas, 1(34), 83-94. Acessado em 06 de maio de 2019. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/fae/caduc/downloads/n34/06.pdf>

Vilela; Ferreira; Portugal, Gary (Org.) (2016) Foucault/ Gary Gutting; tradução André Oides; revisão Thiago Figueiredo Tacconi – 1. Ed. – São Paulo: Ideias & Letras, p 16.